



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I-CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

SAMARA MERIVÂNIA ALVES DE SOUZA

O CABELO AFRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

SAMARA MERIVÂNIA ALVES DE SOUZA

O CABELO AFRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margareth Maria de Melo.

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729c Souza, Samara Merivania Alves de.
O cabelo afro na construção da identidade negra [manuscrito] / Samara Merivania Alves de Souza. - 2019.
56 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Margareth Maria de Melo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Racismo. 2. Identidade negra. 3. Cabelo afro. 4.
Discriminação racial. I. Título
21. ed. CDD 320.56

SAMARA MERIVÂNIA ALVES DE SOUZA

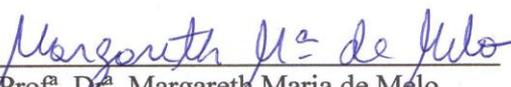
O CABELO AFRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Aprovada em: 20 / 08 / 2019.

BANCA EXAMINADORA

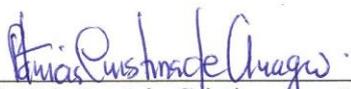


Prof^ª. Dr^ª. Margareth Maria de Melo
(Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Nelsônia Batista da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus. A Nossa Senhora Aparecida. Aos meus pais, Maria e Severino. A todos os meus familiares e amigos(as), dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda a proteção e carinho comigo e com a minha família, como também, a realização dos meus sonhos, em especial a conclusão deste curso. “Até aqui nos ajudou o Senhor!” (I Samuel 7:12).

A Nossa Senhora Aparecida, agradeço imensamente por me proteger com o seu manto de amor e por sempre iluminar os meus caminhos. A minha fé e devoção em ti Mãezinha do céu é inabalável.

Agradeço de todo o meu coração a toda minha família, em especial ao meu pai e a minha mãe, Severino e Maria, por terem me dado a vida, um lar, uma boa educação. Muito obrigada pelo cuidado, atenção, carinho e amor. Obrigada também, por sempre me aconselharem a praticar o bem e me incentivarem a correr atrás dos meus sonhos.

Aos meus colegas de turma, por nesses cinco anos e seis meses, terem me proporcionado noites de união, alegria e muito aprendizado. Com certeza serão da UEPB para a vida. A melhor turma de Pedagogia.

As amigas construídas ao longo do curso, em especial Leidiany (cachinhos dourados), Jussara (a Inácia) e Patrícia (a intelectual). Guardarei em meu coração o nosso quarteto das Inácias. As amigas sólidas nessa longa jornada da infância a vida adulta, Hugo, Vitor, Valéria, Jacqueline, Maria, Patrícia, Marília, Jacilene e Isabel.

Ao meu tio Felipe e as minhas amigas Leidiany e Angélica. Vocês são os irmãos de coração que Deus me presenteou.

A minha orientadora Professora Margareth Maria de Melo, pela paciência, ajuda e por compartilhar novos conhecimentos e novas experiências sobre a presente temática.

As Professoras Nelsânia Batista da Silva e Patrícia Cristina Aragão por aceitarem o meu convite para compor a banca e se disponibilizarem a fazer parte desse momento especial.

Agradeço a todos que torcem positivamente por mim, como também, a todos que contribuíram para a construção deste trabalho, conclusão deste curso e realização deste sonho.

SER NEGRO É SER

Ser negro é ter a pele
pintada de dor e beleza.

É ter consciência de que
consciência, ainda não
existe.

Ser negro é ser dono da
alegria, e generosamente
dividi-la entre os filhos
do preconceito.

Ser negro é ser brasileiro
duas vezes.

É gritar não aos não
da vida.

Ser negro é ter a liberdade
disfarçada de alma.

Ser negro é ser.

(SINTIA LIRA, 2008).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central, compreender o processo de construção da identidade negra, associado a relação estética com o cabelo afro, de mulheres negras nos âmbitos familiares e escolares, nos períodos da infância e adolescência. Analisar os reflexos e consequências criadas e internalizadas sobre o cabelo afro, que influenciam na construção da identidade de mulheres negras. Como também, verificar a existência ou não de práticas discriminatórias, nos âmbitos familiares e escolares, nos períodos da infância e adolescência. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa é de abordagem qualitativa de natureza etnográfica. Consiste também de estudos bibliográficos e documentais, tais como: Albuquerque e Fraga Filho (2006), Cavalleiro (1998), Gomes (2008), Hall (2006), Melo (2016), Lei N° 12.288 do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), Lei N° 10.639/2003, Lei N° 7.716/1989, dentre outros aportes teóricos e documentais realizados sobre a presente temática. A coleta de dados da pesquisa é mediada por entrevistas semiestruturadas realizadas com três mulheres negras, residentes na cidade de Remígio-Paraíba. A análise dos dados é efetuada por meio da análise de conteúdo de Bauer (2013). Como resultados identificamos duas categorias: racismo e identidade negra, visto que, se constatou a existência de racismo e a cor de pele e a textura do cabelo são traços identitários que marcaram negativamente a vida das mulheres entrevistadas. Os estudos para a construção deste trabalho possibilitaram uma visão mais ampla sobre a falta de conhecimento sobre a história de luta e resistência da cultura africana e afro-brasileira, como também, a naturalização do silenciamento sobre ações racistas, preconceituosas e discriminatórias, praticadas sobre a criança ou adolescente negra, direcionadas a sua cor de pele e textura de cabelo, propagadas no âmbito familiar e escolar. Estes são fatores preponderantes para os momentos de rejeição/negação da identidade negra, sobretudo da mulher negra. Dessa maneira, proporcionaram o entendimento sobre a importância da consolidação entre família e escola, para o desenvolvimento de ações cotidianas e práticas educativas que promovam o respeito às diferenças étnico-raciais, a valorização da cultura africana e afro-brasileira, a representatividade dos traços identitários negros (corpo, cor de pele e textura de cabelo). De modo, a despertar na criança, adolescente e mulher negra, o sentimento de pertença e aceitação da identidade negra, o reconhecimento e assunção da beleza natural negra, sobretudo do cabelo afro.

Palavras-chave: Racismo. Identidade negra. Cabelo afro. Discriminação racial.

ABSTRACT

The central objective of this work is to understand the process of construction of black identity, associated with the aesthetic relationship with Afro-hair, of black women in the family and school environments, in the periods of childhood and adolescence. Analyze the reflexes and consequences created and internalized on Afro hair, which influence the construction of the identity of black women. Also, to verify the existence or not of discriminatory practices, in the family and school environments, in the periods of childhood and adolescence. The methodology used to conduct this research is a qualitative approach of ethnographic nature. It also consists of bibliographic and documentary studies, such as: Albuquerque and Fraga Filho (2006), Cavalleiro (1998), Gomes (2008), Hall (2006), Melo (2016), Lei N° 12.288 do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), Lei N° 10.639/2003, Lei N° 7.716/1989, among other theoretical and documentary contributions made on this theme. Data collection is mediated by semi-structured interviews with three black women living in the city of Remígio-Paraíba. Data analysis is carried out through the content analysis of Bauer (2013). As results we identified two categories: racism and black identity, since it was found the existence of racism and the skin color and texture of hair are identity traits that negatively marked the lives of the women interviewed. The studies for the construction of this work enabled a broader view on the lack of knowledge on the history of struggle and resistance of African and Afro-Brazilian culture, as well as the naturalization of the silencing on racist, prejudiced and discriminatory actions, practiced on black children or adolescents, directed to their skin color and hair texture, propagated in the family and school environment. These are preponderant factors for the moments of rejection/denial of black identity, especially of black women. Thus, they provided the understanding about the importance of consolidation between family and school, for the development of daily actions and educational practices that promote respect for ethnic-racial differences, the appreciation of African and Afro-Brazilian culture, the representativeness of black identity traits (body, skin color and hair texture). In order to awaken in the child, adolescent and black woman, the feeling of belonging and acceptance of black identity, the recognition and assumption of black natural beauty, especially of afro hair.

Keywords: Racism. Black identity. Afro hair. Racial discrimination.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O POVO NEGRO: DA ÁFRICA AO BRASIL ..	12
2.1 A vida do Negro	12
2.2 Resistência Negra	21
2.3 Racismo, Preconceito e Discriminação Racial	23
3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL: O CABELO AFRO COMO SÍMBOLO DE BELEZA DA MULHER NEGRA	29
3.1 A Construção da Identidade	29
3.2 Identidade Negra e Relação Estética: A relação da mulher negra com o cabelo afro.....	31
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	42
5.1 Racismo	42
5.2 Identidade Negra.....	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AS MULHERES NEGRAS	Erro! Indicado

1. INTRODUÇÃO

O processo de construção da identidade é uma temática ampla e bastante complexa, de modo a abranger questões étnico-raciais, sociais, educacionais, políticas, econômicas e culturais. Esse processo inicia na família e se estende para escola, visto que, são os primeiros envolvidos no processo de socialização dos sujeitos, enquanto criança e adolescente. O processo de socialização quer na família, quer na escola, desenvolve-se envolto as relações étnico-raciais, pois, na maioria das vezes, as famílias são formadas por mestiços, híbridos, fruto do processo de miscigenação praticado no país desde o período da colonização.

Desse modo, a construção da identidade negra “envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo.” (GOMES, 2003, p. 171).

Como se desenvolveram essas relações inter-étnicas no seio das famílias? Será que existem práticas racistas e discriminatórias? Se sim, como são enfrentadas no cotidiano das famílias? E na escola como são tratadas as questões étnico-raciais? Como professores (as) lidam com crianças e adolescentes que sofrem com o racismo e a discriminação no cotidiano escolar? Respeito e convívio com as diferenças devem ser atitudes aprendidas na família e compartilhadas na escola.

Essas relações não se reduzem apenas ao espaço familiar, mas se intensificam com a entrada da criança para a escola, de modo que as práticas educativas atuam diretamente na formação dos sujeitos, construindo hábitos, regras, comportamentos e padrões estéticos, que conseqüentemente interferem na construção da identidade negra. Nessa perspectiva, “[...] o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las” (GOMES, 2003, p. 172). Neste contexto, corpo e cabelo, sobretudo o cabelo, aparecem como fortes símbolos da identidade negra, em particular da mulher negra, visto que atestam a representação da autoimagem, criada e espelhada na visão positiva ou negativa do outro sobre o eu.

Partindo disto, este trabalho objetiva compreender o processo de construção da identidade negra, associado a relação estética com o cabelo afro, de mulheres negras nos âmbitos familiares e escolares, nos períodos da infância e adolescência. Analisar os reflexos e conseqüências criadas e internalizadas sobre o cabelo afro, que influenciam na construção

da identidade de mulheres negras. Como também, verificar a existência ou não de práticas discriminatórias, nos âmbitos familiares e escolares, nos períodos da infância e adolescência.

A escolha dessa temática deu-se mediante a extrema dificuldade de aceitação da naturalidade do meu cabelo. Desde a infância até a adolescência, principalmente no ambiente familiar e escolar, escutava apelidos pejorativos, comentários desagradáveis e perguntas negativas, tais como: “Cabelo de bucha”, “Cabelo de fuá”, “Cabelo de bombril”. “Não é um cabelo, é uma vassoura!”, “Cabelo de miojo queimado”. “Deve dá muito trabalho para pentear esse cabelo!”, “Esse cabelo deve ser duro de tanto creme!”, “Seu cabelo cacheado é lindo, mas porque você não o alisa? Ficaria mais lindo.”

Diante dessas expressões, passei a detestar a textura do meu cabelo, achar feia e completamente diferente das outras texturas, sobretudo da lisa. A cada apelido, frase ou crítica negativa recebida, aumentava ainda mais a minha revolta, por ter nascido com o cabelo cacheado. Além disso, todos os dias ao penteá-lo na frente do espelho, me questionava, criticava e pensava em torná-lo liso. Inclusive, algumas poucas vezes, cheguei a fazer uso de procedimentos térmicos para alisá-lo, mas este momento era torturante, pois no fundo eu gostava dos meus cachos, porém as opiniões negativas e preconceituosas, acabavam me oprimindo e fazendo odiar a naturalidade do meu cabelo.

No decorrer desse processo de rejeição/aceitação, criei um laço de amizade com uma das colegas de turma do curso de Pedagogia, a mesma contou-me sobre o longo e difícil processo de aceitação e ressignificação da textura natural do seu cabelo. Nesse momento, primeiramente, passei a refletir sobre todas as situações vivenciadas em relação ao meu cabelo, depois fui procurando expulsar os preconceitos socialmente internalizados, recusar comentários e opiniões negativas, como também, olhar e enxergar a beleza natural dos meus cabelos. Em seguida, surgiu também, a seguinte indagação: O que pode levar pessoas a se sentirem incomodadas com o uso natural do cabelo afro de crianças, adolescentes e mulheres negras?

Partindo disto, é notável que as relações étnico-raciais inferem no processo de construção da identidade negra e na sua relação estética com cabelo afro. “A maneira como pensam o cabelo e expressam os seus sentimentos em relação a ele é um dado importante para a compreensão da forma como essas pessoas se reconhecem como negras ou não.” (GOMES, 2008, p. 232). Esse pensamento reflexivo sobre a naturalidade do cabelo passa por momentos conflituosos e contraditórios, pois o mesmo é socialmente desenvolvido em meio a ações racistas e práticas discriminatórias. Nesse contexto, o cabelo além de ser

considerado símbolo identitário, o remete a padrões estéticos de beleza socialmente propagados, visto que “[...] é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. Em todo e qualquer grupo étnico, ele apresenta características como visibilidade, crescimento, diferentes cores e texturas, possibilitando técnicas diversas de manipulação [...]”. (GOMES, 2008, p. 233). Essas técnicas de manipulação, geralmente são baseadas na utilização de produtos e procedimentos térmicos e químicos que promovem a modificação da textura natural do cabelo, associada ao ideal de beleza do cabelo liso.

Dessa maneira, a pesquisa do referente trabalho apresenta relevância social sobre a importância do conhecimento da história africana e afro-brasileira, o desenvolvimento de ações cotidianas e práticas educativas nos âmbitos familiares e escolares, que promovam o reconhecimento da representatividade dos traços identitários negros e a valorização da beleza natural dos cabelos afros na construção da identidade negra, assim, promovendo a redução da desigualdade étnico-racial.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa, são de abordagem qualitativa, de natureza etnográfica. Envolveu estudos bibliográficos: Albuquerque e Fraga Filho (2006), Cavalleiro (1998), Gomes (2008), Hall (2006), Melo (2016), dentre outros. Como também documentais: A Lei N° 12.288 do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), Lei N° 10.639/2003, Lei N° 7.716/1989, dentre outras. Tendo como base, a análise de conteúdo de Bauer (2013), a qual remete-se as semelhanças e diferenças encontradas na minuciosa observação e transcrição dos dados relatados nas entrevistas, mediante a categorização.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: primeiro, explicaremos de maneira sucinta a história do povo negro, desde a sua existência na África até a chegada ao Brasil, perpassando pelas condições de vida dos negros, o tráfico negreiro, a luta e resistência as inúmeras formas de trabalho escravo, que conseqüentemente culminaram para existência do racismo, preconceito e discriminação racial. Segundamente, abordaremos o processo socio-histórico de construção da identidade, mediante a globalização e a intensa influência da família e da escola na socialização dos sujeitos, sobretudo na construção da identidade negra. Destacaremos o processo de construção identitário e estético da mulher negra com o cabelo afro. Por terceiro, relataremos de maneira descritiva o desenvolvimento metodológico da pesquisa. Em seguida, iremos analisar os dados da pesquisa, destacando os resultados obtidos mediante duas categorias. E, por fim, apresentaremos as considerações finais.

2. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O POVO NEGRO: DA ÁFRICA AO BRASIL

Abordaremos neste item, de maneira breve, a história e cultura afro-brasileira, resultante de um processo longo, contínuo e bastante complexo. Destacando os principais sujeitos desse processo socio-histórico, os negros. Partindo da sua existência na África até a chegada ao Brasil, a suas condições de vida, o tráfico negreiro, as variadas formas de violência, trabalho escravo e resistência, e suas diversas influências e consequências para a história do Brasil, enfatizando o racismo, o preconceito e a discriminação racial.

2.1 A vida do Negro

É de suma importância conhecermos a origem e história dos negros, principalmente o processo de escravidão, já existente na África, antes da chegada dos europeus, e posteriormente antes da vinda ao Brasil. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), no século XV, os europeus ao chegarem a África, muito estranharam o modo de vida dos habitantes, visto que a construção socioeconômica dos povos africanos era totalmente vinculada aos graus de parentescos patriarcal ou matriarcal das grandes famílias, e a exploração financeira era realizada por tributos pagos a um grupo por outro. “Nessas sociedades a coesão dependia, em grande parte, da preservação da memória dos antepassados, da reverência e privilégios reservados aos mais velhos e da partilha da mesma fé religiosa.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 13).

A África era um país de muitas riquezas, grandes e poderosos reinos e impérios, mas também havia aldeias habitadas por vários grupos, nômades, agricultores, comerciantes e pastores, que viviam deslocando-se para outras regiões, em busca de melhores condições de vida. O continente africano caracterizava um vasto território, mas era composto por uma pequena população. “Entretanto, a expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, a disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas podiam implicarem guerra e subjugação de um povo a outro.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 14).

Os povos vitoriosos desses confrontos transformavam os povos derrotados em escravos, essa prática denominava-se escravidão doméstica. Os negros eram colocados em um tipo de cativeiro, por isso, o uso do termo “cativo”, ao referir-se aos escravos. Os cativos eram obrigados a trabalhar na agricultura familiar, como também na ampliação da linhagem do grupo, sendo assim, preferia-se capturar mulheres e crianças, visto que

aumentaria o número de escravos, garantindo mão-de-obra, poder e prestígio para os senhores. “A integração dos cativos também explica a predileção pela escravização de crianças, visto que elas mais facilmente assimilavam regras e constituíam vínculos com a família do seu senhor.” (ALBURQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 14). Todavia, esses não eram os únicos motivos para a existência do cativo e da escravização, além disso, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), o adultério, feitiçaria, roubo, assassinato e até mesmo, a compra, troca e a penhora. As pessoas eram utilizadas como objeto de garantia de dívidas, sendo libertas do cativo se caso os parentes quitassem as suas contas. Outro motivo bastante extremo para a escravidão, era a própria sobrevivência, na época da seca, a fome tomava uma enorme proporção, então vendiam ou trocavam escravos por alimentos.

Durante o final do século VII e metade do século VIII, a escravidão doméstica deu lugar ao intenso comércio de troca e venda de escravos, através dos árabes, essa prática tornou-se um empreendimento comercial mundial. “Não se tratava mais de alguns poucos cativos, mas de centenas deles a serem trocados e vendidos, tanto dentro da própria África, quanto no mundo árabe, e posteriormente, no tráfico transatlântico para as Américas, inclusive para o Brasil.” (ALBURQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 15). Diante do exposto, podemos ver que a escravidão não se limitou apenas a África, mas sim, expandiu-se por vários países.

Os árabes disseminaram o islamismo primeiramente na África, pela força das palavras, das práticas comerciais e uso das armas, como meio de conversão de líderes políticos e escravidão/dominação dos fiéis, visto que o trabalho escravo servia para viabilizar o comércio dos muçulmanos, não somente na África, mas também em outros países do mundo. Dessa maneira, os escravos, além de continuarem sendo o produto de troca e venda, passaram a ser também o objeto de transporte de mercadorias, nas longas e exaustivas viagens (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Com isto, quanto mais escravos capturados, melhor e maior seria as inúmeras designações dadas, tais como: domésticas, agricultores, artesãos, concubinas, ceramistas, tecelões, serviços burocráticos, e principalmente soldados.

A conquista de territórios e o domínio de líderes locais dispostos a interpretar à sua maneira a lei islâmica, requeriam mais e mais soldados. Assim, à medida que aumentavam os territórios submetidos aos muçulmanos, crescia a necessidade de controlá-los, bem como de realizar novas conquistas (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 19).

Vale ressaltar que, apesar do tráfico árabe ter capturados escravos em diversos lugares, a África foi o mais afetado pela escravidão do povo negro. Desse modo, a escravidão doméstica, abriu lugar para a escravidão em vasta escala, a escravidão islâmica.

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), com a chegada dos europeus a África, no século XV, o tráfico de escravos tomou uma proporção ainda maior, visto que, holandeses, ingleses, espanhóis, franceses, e principalmente os portugueses, entraram na disputa da mão-de-obra do mercado comercial da África. Os portugueses já sabiam que África era cheia de riquezas, então, inicialmente vieram em busca de ouro, especiarias, pedras preciosas, e posteriormente da conquista do mercado transaariano. Entretanto, os portugueses não foram bem recebidos e aceitos pelo povo negro, pois os africanos se assustaram com o tamanho dos barcos, denominados caravelas, e também com a sua cor de pele.

É de suma importância destacar que os negros desde o início da chegada dos europeus resistiram, conforme afirmam Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 20), “[...] os primeiros encontros entre portugueses e africanos não foram amistosos. Flechas envenenadas de um lado e mosquetes de outro fizeram algumas baixas, entretanto, coube aos tradutores dos portugueses estabelecer contatos amistosos com a gente da terra.”

Segundo Pinsky (1992), enquanto os portugueses sonhavam em obter ouro, os reis africanos queriam manufaturas, tecidos, armas, cavalos equipados para lutar, vencer guerras e batalhas, e adquirir mais riquezas e prestígio. Para isto, fizeram acordos comerciais de troca, porém os portugueses não conseguiram o tão sonhado ouro, em troca, levaram muitos escravos. “A volta da expedição a Portugal, com mais de duzentos escravos, mulatos e brancos, foi saudada de forma entusiástica, o que contrastava com o estado de espírito dos cativos, uns se lamentando em voz alta, outros caminhando cabisbaixos e outros, ainda, autoflagelando-se.” (PINSKY, 1992, p. 11).

O destino dos escravos traficados, acabou por despertar curiosidade nos comerciantes africanos, visto que havia “[...] uma crença entre os africanos de que os europeus eram ferozes canibais, capazes de devorar a carne negra e guardar o sangue para tingir tecidos ou preparar vinho.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 22). Isto fez com que os comerciantes africanos dificultassem as rotas transaarianas, pois temiam que os portugueses prejudicassem os seus negócios comerciais. Todavia, os portugueses não desistiram, e aos poucos conseguiram conquistar a confiança dos africanos, e conseqüentemente, novos acordos comerciais foram feitos.

A partir disto, os portugueses perceberam o escravo como moeda valioso de troca, tanto no transporte da mão-de-obra, quanto nas guerras de reis ou chefes africanos, contra o povo inimigo, com objetivo único de fazê-los cativos. Como exposto nas palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 24): “A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo.” Isso resultou no grande aumento dos lucros para os portugueses, que logo atentaram para a construção de fortalezas muradas e protegidas por armamentos que dificultassem e impedissem a invasão de outros europeus. Mas os africanos não ficaram pacíficos e tentaram impedir a construção de fortalezas, cobrando altos tributos pelas terras, dificultando o acesso a água potável, e atacando os homens responsáveis pela construção das obras. Entretanto, após alguns anos os portugueses concluíram a sua obra mais importante, o Castelo de São Jorge da Mina. Porém, essa fortaleza não era tão segura, pois em “[...] 1637, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a tomou de assalto, visando controlar o comércio negreiro da região para abastecer Pernambuco, sob o seu domínio desde 1630.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 25).

Diante disto, a economia pernambucana naquela época era grande consumidora de escravos africanos, como mão-de-obra nos engenhos de cana-de-açúcar, dessa maneira “[...] incontáveis africanos deixaram através da força sua terra natal e o continente que estavam habitando e foram trazidos para o Brasil para exercer um trabalho forçado, sem remuneração, escravizados sem piedade e desumanamente.” (SANTOS, 2015, p. 8).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), a região do Golfo de Benim ficou conhecida como a Costa dos Escravos, visto que os seus portos eram pontos de comércio entre vendedores ingleses, holandeses, franceses, portugueses e brasileiros, os quais abarrotavam os navios de escravos e exportava-os para as Américas. O deslocamento cruelmente forçado e o desembarque dos cativos, uniu de maneira drástica a África e o Brasil.

Presas pelo pescoço umas às outras, essas pessoas eram levadas para os mercados onde aguardavam os compradores, às vezes por meses. Eram então trocadas, no século XVIII, principalmente pelo fumo de rolo produzido na Bahia, produto muito procurado naquela região e que garantia a primazia dos brasileiros. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, p. 28).

Diante disto, vemos que o tráfico negreiro era um negócio complexo, competitivo, e extremamente torturador, não restringindo-se apenas a África e Portugal, mas expandiu-se para vários países, sobretudo para o Brasil. Vale ressaltar que o Brasil foi o país que mais teve participação ativa no tráfico negreiro, como enfatiza Albuquerque e Fraga Filho (2006), estima-se que cerca de 4 milhões de escravos desembarcou nos portos do Brasil. “A

migração transatlântica forçada foi a principal fonte de renovação da população cativa no Brasil, especialmente nas áreas ligadas à agricultura de exportação, como cana-de-açúcar.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 39). Tudo isto, para suprir as necessidades de mão-de-obra da crescente economia colonial portuguesa no Brasil.

Albuquerque e Fraga Filho (2006) destacam que os atos torturadores do tráfico negreiro tiveram início ainda na África, quando os escravos eram capturados, retirados a força de seus territórios, depois levados ao mercado de negócios, tinham que esperar meses até completar as cargas humanas para a exportação, percorriam longas distâncias até os portos de embarque, onde eram alojados em pequenos e mal ventilados barracões ou cercados, além disso, ao completar as cargas, eram colocados nos navios negreiros, também, conhecidos como “tumbeiros”, espremidos como peixes em uma lata de sardinha, sem locomoção, alimentados apenas uma vez ao dia, com pouca ingestão de água, ausência de higiene e completamente sujeitos a inúmeras doenças, pois além de todas essas condições precárias e penosas, as travessias atlânticas duravam meses. Vale ressaltar que, antes da embarcação os escravos eram marcados com ferro quente, geralmente no peito ou nas costas, como forma de assinatura do traficante a quem pertenciam.

[...] estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, p. 39).

Com isto, podemos verificar o porquê do nome “tumbeiros”, dado aos navios negreiros, visto que, de fato eram verdadeiras tumbas, com os maus-tratos e condições de vida extremamente desumanas, que causaram a morte de inúmeros escravos durante o percurso, pois muitos foram contaminados por epidemias, alguns não suportaram tamanha tortura e cometeram suicídio, e outros não resistiram as formas de violência física realizadas desde a captura, até o desembarque. Mas os escravos eram lutadores, e sempre se fizeram resistentes, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 51): “Ao longo da angustiante travessia, os cativos estabeleciam laços de amizade entre si. Chamavam-se “malungos” uns aos outros, uma amizade que gerava profunda solidariedade e verdadeiras obrigações de ajuda mútua.”.

Antes disso, ao chegarem à costa brasileira, os portugueses se depararam com os nativos, denominados indígenas, os quais foram escravizados. “O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era

identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 39).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), os portugueses com o apoio da Igreja Católica, passaram a organizar expedições com a ajuda dos Jesuítas, para dominar, capturar e domesticar os nativos, porém, os indígenas, assim como os negros, não ficaram passivos e resistiram a conversão ao catolicismo e as demais formas de “colonização” dos portugueses. Todavia, os portugueses tinham poder aquisitivo e ferramentas potentes, canhão, espadas, armas de fogo, e conseqüentemente os indígenas acabaram sendo submetidos as mais variadas e cruéis formas de escravidão. “[...] Os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas “guerras justas”, comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 40).

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), as epidemias e as fugas nos engenhos e aldeamentos, levaram a substituição do índio pelo africano. Dessa maneira, “[...] percebeu-se rapidamente que a população indígena não podia suportar a dura cadência do trabalho imposto nas grandes plantações, ao passo que os africanos, nas mesmas condições, mostraram-se excelentes trabalhadores.” (MALOWIST, 2010, p. 20). Ainda assim, a escravidão indígena perdurou por muitos séculos.

Partindo do exposto acima, os portugueses voltaram o seu olhar para o tráfico negreiro da África para o Brasil, com o intuito de intensificar o comércio de venda e troca, aumentando os lucros financeiros, trazendo mão-de-obra escrava para o corte do pau-brasil, da produção dos engenhos. Para isto, os portugueses contaram mais uma vez com a ajuda da Igreja Católica, conforme enfatizam as palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 41):

[...] o tráfico era justificado como instrumento da missão evangelizadora dos infiéis africanos. O padre Antonio Vieira considerava o tráfico um “grande milagre” de Nossa Senhora do Rosário, pois retirados da África pagã, os negros teriam chances de salvação da alma no Brasil católico. No século XVIII, o conceito de civilização complementar a justificativa religiosa do tráfico atlântico ao introduzir a idéia de que se tratava de uma cruzada contra as supostas barbárie e selvageria africanas.

Segundo Pinsky (1992), a chegada dos navios negreiros aos portos de desembarque era prevista de longe, devido ao “odor que os antecipava e que persistia mesmo quando já estavam livres de sua carga.” (PINSKY, 1992, p. 20). Ao desembarcarem no Brasil, pelos

portos das regiões litorâneas, os negros adultos eram contados por sexo e anotado o número de crianças escravas, chamadas de “crias”, que acompanhavam as suas mães, em seguida eram levados em grupo para os locais de leilão. “Se houvesse compradores suficientes, eram imediatamente leiloados perto da alfândega. Mas a maioria dos cativos seguia para os armazéns situados geralmente próximos às áreas portuárias daqueles centros urbanos.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 53). As populações negras ficavam amontoadas em sobrados, que funcionavam como depósitos de escravos recém-chegados ao Brasil. As péssimas condições de vida e os maus tratos durante a travessia nos navios negreiros, além de causar inúmeras consequências a saúde dos escravos sobreviventes, tinham continuidade após o desembarque, como afirmam Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 53):

Devido aos rigores da travessia, os africanos chegavam quase invariavelmente magros e debilitados, com feridas na pele, brotoejas e sarna. As crianças geralmente apresentavam barrigas inchadas em consequência de vermes e da desnutrição. Quando a epidemia de oftalmia, uma inflamação dos olhos, disseminava-se a bordo, era comum os vendedores puxarem pela corda extensas filas de escravos quase ou completamente cegos, amarrados e tropeçando uns nos outros até os armazéns. No Valongo permaneciam por vários dias ou semanas recuperando-se da viagem e à espera de comprador. Muitos não resistiam e morriam nesse período de espera.

Os escravos que sobreviviam a tamanha tortura, eram submetidos a preparação para a inspeção antes da compra e venda, os comerciantes os limpavam, davam banho de óleo para embelezar a pele e camuflar as marcas de doenças, alimentavam bem para engordá-los, tratavam das suas enfermidades, e vacinava-os. Além disso, obrigavam a comer frutas, a dançar, e a usar estimulantes, como o gengibre e o cigarro. Tudo isso, para atrair e convencer os compradores, de que os escravos eram sadios e não apresentavam nenhuma doença, como o temido “escorbuto”, chamada também, mal-de-luanda, causada pela profunda deficiência de vitamina C, como também, o famoso “banzo”, atualmente conhecida como depressão. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Diante disto, é evidente que os cativos eram tratados como mercadorias humanas, geralmente classificados por sexo, idade, nacionalidade e condição física, quanto mais saudável, mais alto seria o seu valor, e menos as chances de devolução. Com isto, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), os escravos eram submetidos a situações de humilhação e desumanidade, sobretudo, quando os compradores, forçadamente abriam a sua boca, para observar os dentes e verificar a sua idade, também apalpavam o seu corpo, principalmente das mulheres. O seu destino também era designado pelo comprador.

A maior parte dos recém-chegados era destinada a compradores do interior do Brasil. Eram comprados por intermediários ou agentes de fazendeiros, conduzidos às regiões interioranas, enfrentando muitas vezes outra jornada longa, que podia durar dias e até semanas por via terrestre ou marítima. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 56).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), se os cativos já sofriam inúmeras torturas por meio da escravidão interna na África e do tráfico atlântico, com a chegada ao Brasil, essa situação só teve a piorar. As condições de vida dos escravos africanos e as formas de organização da escravidão mudaram completamente no Brasil.

[...] Os africanos logo percebiam que sobreviver era o grande desafio que tinham pela frente. Dali por diante teriam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram do outro lado do Atlântico. Logo percebiam que viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Significava, sobretudo, ser submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar de sol a sol nas mais diversas ocupações. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 65).

Diante do exposto, percebemos que mais uma vez, homens, mulheres e crianças comercializadas no tráfico negreiro, eram submetidas a outra forma de desenraizamento, visto que muitos foram separados de suas famílias e comunidades, sendo obrigados a se adequar a novos hábitos, ao comando de novos senhores e a novas formas de trabalho forçado. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 65), inúmeras foram as formas de trabalho no período da escravidão impostas ao povo negro no Brasil:

As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiras que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras.

Além das variadas formas de escravidão, Albuquerque e Fraga Filho (2006), destacam que, no Brasil, os cativos africanos receberam tratamentos cruéis e foram submetidos a punições e castigos físicos, justificados pelos jesuítas como forma de “caridade cristã”.

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 66).

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), os escravos recém-chegados da África ao Brasil, eram treinados pelos senhores e feitores a aprender a língua portuguesa para compreender e exercer as ordens e tarefas, como também, impuseram a religião católica aos cativos. “A sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 95). Essas foram formas de civilização, disciplina e domesticação dos escravos africanos no Brasil.

Albuquerque e Fraga Filho (2006), também relatam que, a escravidão brasileira, além de separar os cativos de seus parentes, por meio das vendas e transferências para propriedades distantes, passaram a interferir na escolha e união dos parceiros.

A escolha dos parceiros pelos senhores seguia o modelo patriarcal português, em que os pais escolhiam o cônjuge dos filhos e dependentes. Os senhores, por exemplo, tinham interesse em que os casamentos entre escravos ocorressem nos limites das suas propriedades para evitar que os parentes se ausentassem de seus domínios. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 98).

Diante dos expostos, os negros além de serem cruelmente maltratados e torturados fisicamente, domesticados religiosamente e explorados como produto de mão-de-obra escrava na economia brasileira, tornaram-se objeto de uma sociedade racista e opressora. Podemos evidenciar isto nas palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 68):

[...] Na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial.

Vale salientar nas palavras de Santos (2015), que apesar das inúmeras e tortuosas maneiras de trabalho escravo, devemos destacar a imensa contribuição dos negros no processo de construção cultural e identitária do povo brasileiro. “Estes grupos faziam questão de zelar pela a sua própria cultura, como por exemplo, lutas, religiões, música, dança e até mesmo seus próprios rituais. Quando aqui chegaram eles se misturaram com outros trazidos de regiões diferentes e absorveram parte de seus hábitos e costumes.” (SANTOS, 2015, p. 35). Com tudo, podemos evidenciar nas palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006), que o tráfico negreiro foi feito para promover a escravidão, entretanto acabou africanizando o Brasil.

2.2 Resistência Negra

Como vimos anteriormente, os negros antes mesmo de chegarem ao Brasil já viviam como escravos na África, e essa péssima condição de vida teve continuidade. Os negros sofreram as mais variadas e cruéis formas de exploração, violência, preconceito e discriminação. Na condição de escravos, crianças, mulheres e homens negros foram forçados a trabalhar para os donos de terras, a começar pelos serviços domésticos nas casas dos senhores, como também, nas lavouras e engenhos de cana-de-açúcar, trabalho pesado e contínuo, que tinha início ao amanhecer e só terminava a noite. “A labuta era às vezes embalada por cantos para manter o ritmo do grupo. Às nove horas os cativos paravam para uma pequena refeição e três ou quatro horas depois almoçavam ali mesmo no campo. Depois disso, continuavam trabalhando até o anoitecer.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 71).

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), por ser um trabalho árduo e duradouro, debaixo de chuva e sol, muitos escravos não resistiam ao imenso desgaste físico e emocional, principalmente as mulheres e as crianças. Muitos escravos não aguentavam tamanha crueldade e sofrimento e cometiam suicídio. O trabalho escravo não exigia apenas esforço físico das mãos e braços dos cativos, mas também a sua inteligência, atenção, criatividade e paciência, pois era supervisionado por feitores ou capatazes a mando dos senhores.

Nos canaviais, os escravos de cada “partido” de cana trabalhavam sob a supervisão de um feitor de partido ou de serviço, que muitas vezes era escravo ou negro livre. [...] O feitor de partido estava submetido ao feitor-mor ou administrador, e era este que normalmente cuidava da disciplina dos escravos. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 75).

Conforme Albuquerque e Fraga Filho (2006), em troca dessa “supervisão”, os senhores davam pequenas quantidades de açúcar, cachaça, melão, roupas e dinheiro. Porém, nem todos os feitores seguiam à risca as ordens dos senhores, em castigar os escravos por alguma desordem, inclusive muitos feitores tornaram-se líderes das revoltas. Entretanto, quando os escravos eram capturados durante a fuga ou quando eram descobertos por algum malfeito, eram punidos cruelmente, amarrados em um troco de madeira e açoitados com várias chibatadas nas costas, até sagrarem. Além disso, ficavam horas sem comida e bebida, e quando recebiam, era somente pedaços de pão e gotas de água. Muitos escravos, principalmente os mais velhos não suportavam a toda essa tortura.

Como enfatiza Albuquerque e Fraga Filho (2006), os trabalhos dos escravos não eram designados apenas as lavouras e engenho de cana-de-açúcar, também eram obrigados a construir e reparar cercas, cavar fossos, consertar estradas e pontes, prover a casa-grande de lenha, reparar os barcos e os carros de boi, pastorear o gado, cuidar do pomar e das criações dos senhores, do plantio, cuidado e colheita do café, do garimpo das minas de ouro, na produção de charque. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 75), além de todos esses trabalhos, os escravos “[...] tinham que providenciar parte do seu próprio alimento caçando, pescando ou cuidando da própria roça.”

Partindo disto, os negros não ficaram extremamente passivos e submissos as variadas formas de escravidão, como é narrado nas histórias, principalmente no livro didático. Conforme afirma Cruz (1993, p. 323), “[...] mesmo com todos os mecanismos de coação, a escravidão não foi aceita passivamente. O negro resistiu de todas as formas que lhe eram possíveis.”

De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), os negros criaram várias formas de resistência, desde os cantos que embalavam o grupo na execução de tarefas e também quando necessário, alertavam os companheiros da aproximação dos senhores, feitores, capatazes. As danças, como a capoeira, criada pelos escravos como forma de defesa, visto que os passos da dança, na verdade eram golpes de luta. “[...] A capoeira era praticada pelos escravos e libertos. Jogar capoeira consistia no uso de agilidade corporal e no manejo da navalha para golpear os adversários.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, p. 244).

Como destaca Albuquerque e Fraga Filho (2006), existiram também outras formas de resistência as incessantes horas de trabalho, tais como: a lentidão na execução das tarefas, a simulação de doenças e pequenas fugas, as quais serviam para descansar e também para visitar seus parentes nas propriedades mais próximas. As principais e mais sutis formas de resistências era o envenenamento das comidas dos senhores e a ocultação de moedas, pedras preciosas, ouro ou qualquer outro objeto valioso, para conseguirem comprar a tão sonhada e desejada alforria. Além disso, os escravos, muitas vezes, sabotavam os engenhos de cana-de-açúcar, ao espremer limão na caldeira do meloso, assim, impedindo a cristalização do açúcar.

De acordo Harris (2010), as revoltas marcaram a história do Brasil, como uma forte maneira de resistência a escravidão. No Estado de Palmares organizou-se “[...] uma comunidade africana autônoma estimada em vinte mil membros, [que] resistiram tanto aos holandeses, quanto aos portugueses [...]” (HARRIS, 2010, p. 143).

É importante destacar nas palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006) que durante as revoltas, os escravos, geralmente fugiam com a ajuda de outros escravos, libertos e livres, tinham como principal refúgio o quilombo, ou também conhecido no Brasil como mocambo. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), os quilombos ou mocambos eram formados por vários negros fugitivos, que se reuniam em pequenos grupos, próximos dos engenhos, fazendas, vilas e cidades, conhecidos dos senhores e autoridades. Isto acabava incomodando as autoridades e principalmente, os senhores fazendeiros e donos de escravos. “Além disso, um grande número de quilombos reunia não só escravos em fuga, mas também negros libertos, indígenas e brancos com problemas com a justiça.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 125).

Diante disto, as comunidades quilombolas foram a forma coletiva mais típica de resistência escrava, visto que com a criação dos quilombos, promoveu-se as revoltas contra os senhores, em luta pela liberdade dos escravos. “[...] A formação de quilombos materializa as formas mais reconhecidas de luta da população negra escravizada. Nesses espaços, as populações negras abrigaram-se e construíram novas maneiras de organização social, bastante distintas da organização nas lavouras.” (BRASIL, 2006, p. 22).

Com tudo, não podemos nos referir a resistência negra apenas aos quilombos e as revoltas, mas principalmente nas sutis maneiras de resistir as inúmeras formas de trabalho escravo. Como destaca Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 142):

Vale repetir que o escravo descontente podia formar quilombos e promover revoltas, mas também podia sabotar a produção do senhor, fingir estar doente para diminuir sua jornada de trabalho, envenenar as pessoas da casa-grande, desobedecer sistematicamente e até negociar sua venda para um outro senhor que mais lhe agradasse. De toda maneira, o que estava em jogo era continuar autor da sua própria história, apesar da escravidão.

Diante do exposto, é de suma importância reconhecer o povo negro como sendo forte, lutador, resistente e vencedor, foram tantas adversidades enfrentadas desde os primórdios de sua existência até os dias atuais, como forma positiva de aceitação e valorização das nossas raízes africanas, da nossa cultura afro-brasileira e da nossa identidade negra.

2.3 Racismo, Preconceito e Discriminação Racial

Segundo D' Adesky (2006), o termo racismo deriva da palavra “raça”, categoria de diferenciação social criada pelos dominadores sobre a população conquistada nas invasões territoriais, propagando a ideologia da existência de duas raças, a branca e a negra.

De acordo com Sant' Ana (2005), o termo racismo é recente, porém, o mesmo é “fruto” de um intenso processo de “amadurecimento”, no qual as suas “raízes” surgiram no século XV, “[...] foi na Idade Média que se deu uma forte discussão a partir dos intelectuais ligados à Igreja Católica Romana a respeito da superioridade, de uma raça sobre a outra [...]” (SANT' ANA, 2005, p. 43). Além disto, Sant' Ana (2005), também enfatiza que Aristóteles defendia o seguinte pensamento, o qual seria disseminado nos séculos posteriores, para justificar a escravidão dos negros:

[...] Uma parte dos homens nasceu forte e, resistente, destinada expressamente pela natureza para o trabalho duro e forçado. A outra parte – os senhores, nasceu fisicamente débil; contudo, possuidora de dotes artísticos, capacitada, assim, para fazer grandes progressos nas ciências filosóficas e outras (GRIGULEVICH, 1983, p. 105, apud SANT' ANA, 2005, p. 43).

Diante dos expostos acima, o racismo constitui-se como uma ideologia, criada pela ciência europeia prevalente da época, propagada pelos ideólogos, teólogos, filósofos e religiosos, para a dominação da raça superior sobre a raça inferior. Como menciona Sant' Ana (2005), essa ideologia racista de doutrina e dominação, se intensificou no período da escravidão, com a chegada dos europeus a África. Podemos evidenciar isto, nas palavras de (MUNANGA, 1986, p. 9 apud SANT' ANA, 2005, p. 46):

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica.

Nessa perspectiva, percebemos que, historicamente, a raça negra foi considerada inferior, primitiva e naturalmente designada para executar o trabalho árduo. Enquanto a branca superior, evoluída e provida de habilidades intelectuais. Diante disto, podemos considerar “[...] o termo raça como uma categoria socialmente construída, utilizada como referência para tipificar e classificar indivíduos em função de suas características fenotípicas perceptíveis.” (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 376). Sendo assim, o racismo atribui inferioridade a uma raça, poder e domínio de um grupo sobre outro. “E sendo o racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos.” (SANT' ANA, 2005, 43).

Conforme Ferreira e Camargo (2011, p. 376), “O preconceito racial [é] considerado um julgamento de valor, construído culturalmente e destituído de base objetiva, que faz parte da classe de crenças desenvolvidas através da socialização.” E segundo Sant' Ana

(2005, p. 62), “[...] pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.”

De acordo com o Artigo 1º, inciso I do Estatuto da Igualdade racial, podemos entender como discriminação racial ou étnico-racial:

[...] Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2010, p. 7).

O estereótipo pode ser descrito como “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas”. (SHESTAKOV, 2005, p. 2 apud SANT’ ANA, 2005, p. 65).

De acordo com Jaccoud (2008), no Brasil, o racismo é reconhecido como princípio ativo desde o início de sua “colonização”, visto que os defensores da escravidão (a elite), enfatizaram os fatores e características raciais ao desenvolvimento futuro do país, ao imperativo econômico relacionado ao risco de ruína da economia nacional e até mesmo o direito de propriedade, entretanto, estes eram reconhecidos como elementos implícitos, visto que já utilizavam a tese de que não havia preconceito racial, justificada na existência de vários descendentes africanos entre a população livre no Brasil. Apesar da elite colonial brasileira não ter organizado um sistema ou uma ideologia racista explícita durante o período da escravidão, a mesma dava suporte a um conjunto de estereótipos negativos ligados aos negros, amparando a sua visão de uma sociedade hierárquica e repressora. Diante disto, enfatizamos que os estereótipos atribuídos aos negros eram sempre assimilados as suas características físicas, tais como: corpo, cor da pele, textura do cabelo.

Segundo Jaccoud (2008), a abolição da escravidão (1888) coincidiu com o nascimento da República (1889) e com a propagação das ideias de igualdade e cidadania. Porém, a República não conseguiu promover ações completamente efetivas em defesa da ampliação das oportunidades da população, e conseqüentemente as desigualdades raciais não foram interpretadas apenas pelo direito de propriedade, da história, religião ou cultura, mas propagadas como desigualdades naturais, ou seja, houve uma “naturalização do preconceito racial.”

Conforme Jaccoud (2008), após a abolição da escravidão, fortaleceu a continuidade do preconceito e da discriminação racial, com a difusão do chamado “racismo científico”.

De acordo com Maia e Zamora (2018), as teorias raciais vieram de várias ideias científicas importadas da Europa e disseminadas no Brasil no século XIX. Nessa época, a biologia tornou-se ciência, com isto, surgiram ideias científicas de superioridade e inferioridade das raças, determinadas por características físicas, morais e intelectuais. “A classificação de populações não brancas hierarquizou as relações sociais, legitimou processos de dominação econômica e política, definiu territórios misérias e exploração.” (MAIA; ZAMORA, 2018, p. 272).

De acordo Santos e Silva (2018), essa hierarquização biológica, colocou os brancos em posição superior, enquanto os negros em posição inferior. Além disto, como a população brasileira foi considerada uma mistura de diferentes raças, passou-se a acreditar no risco de degeneração e impossibilidade de uma sociedade civilizada e desenvolvida economicamente.

Partindo disto, Jaccoud (2008), relata que as desigualdades entre as raças nesse momento da história passaram a refletir no cenário político e social, pois criaram a concepção que só um país branco seria capaz de realizar os ideais do liberalismo e progresso. As teorias “científicas” racialistas que emergiam na Europa desde a metade do século XIX foram reinterpretadas no Brasil, tomando a ideia de que a “miscigenação” seria a solução para alcançar a predominância da raça branca e conseqüentemente iria eliminando a raça negra. Partindo disto, deu-se início o “processo de branqueamento”, o qual os “povos mestiços” foram identificados como “mulatos”, e não mais como negros. “O período mais intenso do processo de imigração foi o que ocorreu nos anos que se seguiram à abolição, 1888 a 1900, quando se observa a entrada de 1,5 milhão de imigrantes, [...]” (THEODORO, 2008, p. 35). Dessa maneira, passaram a restringir as possibilidades de integração dos povos de ascendência africana e permitiram a entrada dos imigrantes europeus e a miscigenação, com o objetivo de diminuir o peso relativo da população negra e promover a aceleração do processo de modernização no Brasil.

Jaccoud (2008), enfatiza que em 1930, o Brasil assistiu ao progressivo desaparecimento do discurso racista, com a ideia de que a mestiçagem trouxe resultados positivos, pois o povo brasileiro é visto como produto das diferentes raças e convivência harmônica, diferente de outros países. Neste momento, as desigualdades raciais passaram a ser explicadas por sua dimensão cultural e social, e não mais biológica, mas isso não deixou de fortalecer o ideal do branqueamento, visto que promove a mestiçagem e seu produto, o “mulato”.

A partir disto, surgiu a ideia de “democracia racial” como uma nova interpretação dos problemas raciais. A democracia racial reinventa e interpreta a escravidão como expressão da experiência brasileira, como uma história de boa convivência e paz social. Segundo Jaccoud (2008), com o “mito da democracia racial” houve as alterações dos temas, desse modo, a ideia de raça deu lugar a ideia de cultura e o ideal de branqueamento deu posição a afirmação e valorização do povo brasileiro. Mas em 1970 o mito da democracia racial virou dogma, quando o governo militar negou a existência da discriminação racial, retirando qualquer lei que assegurasse a igualdade racial no Brasil. Com o processo de redemocratização do país, as questões raciais voltaram ao debate público, entretanto, de forma diluída, pois a temática da desigualdade era assimilada a distribuição de renda, o que evidenciava ainda mais o preconceito e a discriminação racial, visto que anulava o acesso as oportunidades, restringindo o lugar social dos negros, ao utilizarem “[...] a cor como critério de seleção no mercado do trabalho.” (JACCOUD, 2008, p. 54). Em 1980 a questão racial tomou novamente destaque nacional, dessa vez como consequência da construção incompleta da nação brasileira, interpretada pela via da pobreza, acúmulo de carências, despreparo para atuação no mercado de trabalho moderno.

Segundo Jaccoud (2008), a partir da elaboração da Constituição de 1988, houve uma reorganização do Estado no campo das políticas raciais, trazendo inúmeros avanços e melhorias para a saúde, educação, empregos rurais e urbanos, e conseqüentemente para a redução das desigualdades entre brancos e negros. A discriminação racial passou a ser objeto cada vez mais presente em debates.

Como menciona Jaccoud (2008), no cenário político, essas discursões mais ganharam espaço em 1995, com a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo. Em seguida, foi elaborado um documento pela Marcha e entregue ao governo, defendendo a implementação de políticas específicas no campo da educação, incluindo a capacitação dos professores para lidar com o tema da diversidade racial e com as práticas discriminatórias, demanda de acesso a cursos profissionalizantes e a universidades para os grupos raciais.

De acordo com Jaccoud (2008), o Movimento Negro consolidou em 2003 a criação da Secretaria Especial de Políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), como também, foram implementadas leis, ações e programas nos campos da educação e da saúde, com foco no combate ao preconceito e a discriminação racial. Em destaque, a Lei 10.639/2003 no Artigo 26-A, torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana, no ensino fundamental e médio, incluindo “[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na

formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2003, p. 1).

Com tudo, o objetivo da redução das desigualdades sociais, atualmente, ainda tem se mostrado insuficiente com relação as desigualdades étnico-raciais, visto que a reprodução do racismo, preconceito e discriminação racial, continuam operando no interior de várias instituições sociais públicas e privadas.

3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL: O CABELO AFRO COMO SÍMBOLO DE BELEZA DA MULHER NEGRA

Neste item, iremos relatar sobre o processo de construção da identidade negra no Brasil, destacando o cabelo afro como símbolo de beleza da mulher negra. Dessa maneira, primeiramente abordaremos a construção da identidade de modo geral, secundamente a construção da identidade negra, e por fim, a mulher negra e sua relação estética com o cabelo afro, enfatizando a família e a escola como os principais pilares responsáveis por esse processo de construção identitário.

3.1 A Construção da Identidade

Quando se fala em Identidade, logo nos remetemos a algo que nos identifica, nos define, nos constitui como pessoas, como cidadãos, as nossas características físicas, morais e emocionais. Diante disto, ao pensarmos na construção da identidade não podemos deixar de mencionar os primeiros e principais âmbitos envolvidos no processo de socialização dos indivíduos, a família e a escola.

A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social (CAVALLEIRO, 1998, p. 19).

Como mencionado por Cavalleiro (1998), os primeiros entendimentos como ser social que a criança desenvolve é no âmbito familiar, conseqüentemente, influenciando no processo de construção identitária, visto que o assemelham as características físicas de parentesco, a reprodução dos hábitos e costumes familiares. Este processo se intensifica no ambiente escolar, pois a criança ao ter contato com outros indivíduos lhe será possível outras visões/percepções de mundo, assim, contribuindo na construção da identidade.

É de suma importância destacar que o processo de construção da identidade, enquanto criança e adolescente se dará mediante as referências que lhes são apresentadas, seja na família ou na escola, visto que identificamos e percebemos o nosso eu, através da influência e percepção que o outro apresenta sobre nós mesmos, assim contribuindo efetivamente, na construção da identidade pessoal e coletiva.

A despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de questionamento pode levar crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos a sua volta. (CAVALLEIRO, p. 1998, 27).

O exposto acima reforça a importância da função social da família e da escola perante esse processo de construção identitária, visto que é nesse momento que a criança e o adolescente acabam introjetando valores, pensamentos, sentimentos e emoções, por meio de palavras, frases, gestos e atitudes. Dessa maneira, podemos observar o silêncio que há tanto na família, quanto na escola sobre essas questões, conforme enfatiza Cavalleiro (1998, p. 9): “Na escola e nas famílias, verificou-se a predominância do silêncio nas situações que envolvem racismo, preconceito e discriminação étnicos [...] A criança negra está sendo levada a se conformar com o lugar que lhe é atribuído: o lugar do rejeitado, o de menor valia.” Com isto, desde cedo a criança negra aprende por meio de um silêncio naturalizado e opressor, que favorecerá na formação de um futuro(a) jovem/adulto(a) sem iniciativa para a defesa do preconceito e discriminação racial, e conseqüentemente, essa falta de diálogo permeará a rejeição/negação da construção identitária negra.

Hall (2006), relata que o processo de globalização ocasionou diversas mudanças e transformações estruturais e institucionais, com isto, na modernidade a questão da identidade vem sendo bastante discutida, tendo em vista a famosa “Crise de Identidade”. Para explicar melhor esse processo histórico e conflituoso, Hall (2006) apresenta as definições de identidade através de três concepções de sujeito: O Sujeito do Iluminismo, o Sujeito Sociológico e o Sujeito Pós-Moderno.

O sujeito do Iluminismo é visto como centrado, unificado, racional, visto que o “centro” se constituía no núcleo interior do eu, ou seja, acreditava-se que cada sujeito já nascia com uma essência interior, única e imutável, que o acompanhava ao longo de sua existência, permanecendo-se idêntica, esse centro essencial de cada indivíduo era considerado como Identidade. Ou seja, “[...] pode-se ver que essa era uma concepção muito “individualista” do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade dele: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino).” (HALL, 2006, p. 11).

O sujeito sociológico “[...] ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, 2006, p. 11).” Isto aconteceu a partir da complexidade do mundo moderno, quando tomou-se consciência de que o núcleo interior do sujeito não era completamente autônomo e autossuficiente, mas

sim formado por meio da interação das relações com outras pessoas nos ambientes em que frequentavam, através das trocas de valores, significados, sentidos e símbolos, sendo assim, a Identidade constitui-se entre a interação do eu com a sociedade.

O sujeito pós-moderno para Hall (2006), constituiu-se como aquele que não apresenta uma identidade fixa, essencial, única, idêntica e permanente, mas formada e transformada constantemente e temporariamente, com isto, a identidade passou a ser definida historicamente, e não mais biologicamente, na qual o sujeito constrói-se e assume-se não apenas através da identidade única e imutável, mas sim, por várias identidades mutáveis em diferentes momentos e lugares.

Segundo Hall (2006), a ideia de identidade essencialmente única, coerente, completa e imutável é uma fantasia criada por nós mesmos para afirmarmos o nosso “eu”, pois dentro de nós existem várias identidades contraditórias, que nos conduzem a diferentes pensamentos e ações momentâneas, de tal modo que as nossas identificações estão tornando-se cada vez mais descentradas e deslocadas, dando origem a “crise de identidade”.

Vale salientar que, a formação identitária do o sujeito pós-moderno é uma construção histórica, derivada das contribuições das outras duas concepções de sujeito mencionadas acima. Antes tínhamos uma concepção de identidade pautada no sujeito individualista, segundo os iluministas, depois a identidade apresentada pelo sujeito social, de acordo com os socialistas, e por seguinte a identidade descentrada, fragmentada, contraditória do sujeito pós-moderno.

Com tudo, ao fazermos um resgate histórico sobre os nossos antepassados, percebemos que antes os sujeitos tinham uma vida sociavelmente mais pacífica e estável, pautada nos princípios morais, pois presavam muito o valor das palavras e das ações. Porém, na pós-modernidade, com o avanço constante das tecnologias, da inserção no mercado de trabalho e nos estudos, as pessoas acabam tendo uma vida mais agitada, acelerada, exigindo cada vez mais as tomadas de decisões, ações, respostas rápidas a curto prazo, gerando incertezas e contradições, as relações também se tornaram vulneráveis e os sentimentos temporários, conseqüentemente ocasionando a crise de identidade, conflitos, angústias que podem originar as temidas doenças psíquicas do atual século (ansiedade, pânico, surto, depressão).

3.2 Identidade Negra e Relação Estética: A relação da mulher negra com o cabelo afro

Como já mencionado, o processo de construção da identidade perpassa pela relação com sujeitos que pode gerar uma série de conflitos e incertezas constantes, visto que ao nos

socializarmos, acabamos por introjetar valores, pensamentos, sentimentos, emoções, e essas influências consequentemente atuarão na construção, reconhecimento e aceitação da identidade. E, no caso da identidade negra, pode ser mais forte, mais difícil e contraditório. Esse processo de construção da identidade negra é bastante conflituoso, devido a história de sofrimento, negação, luta, resistência e reconstrução do povo negro.

Segundo Gomes (2008, p. 20), “cabelo crespo e corpo podem ser considerados expressões da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza rara.” Com isso, verificamos que o cabelo, os traços físicos e a cor da pele podem ser marcas positivas ou negativas da identidade negra, como lidar com essas marcas no cotidiano vai influenciar na construção da identidade negra.

Diante do exposto, a maneira como o corpo e o cabelo são interpretados pelos sujeitos, muito dizem sobre as relações interraciais existentes na sociedade brasileira. Segundo Gomes (2008), a beleza negra remete-se muito a aparência, a qual é sempre espelhada na visão do outro sobre o eu, criando uma ideologia de que a beleza está no olhar e julgamento do outro, não no meu próprio olhar, naquilo que gosto, que me sinto bem, que me agrada. Partindo disto, podemos evidenciar que enquanto criança, quando nos é despertado o sentimento de pertença, ou seja, o reconhecimento de si próprio, do nosso corpo e cabelo, aprendemos e nos sentimos mais confortáveis e confiantes, exatamente como somos. Desse modo, a identidade negra é construída através desse processo de pertencimento, autoconhecimento e aceitação étnico-racial.

Vale salientar, nas palavras de Gomes (2008), que a relação negativa com o cabelo afro atesta os efeitos do racismo, os ideais do branqueamento e o mito da democracia racial, afetando na subjetividade dos sujeitos e influenciando no processo de rejeição/negação deste sinal/marca da ancestralidade africana e negra, assim, podemos perceber que há uma estreita relação entre a questão racial e a estética.

Identificar-se como mulher negra em uma sociedade que além de segregar o racismo, o preconceito e a discriminação racial, também promove a desigualdade de gênero, inferiorizando o lugar da mulher na sociedade e estimulando o abuso e a violência, acaba sendo um processo bastante complexo. Desde o início da escravidão na África, as mulheres negras são vítimas da violência sexual, usadas e abusadas como mecanismo de reprodução, conforme afirmam Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 14): “A fertilidade das mulheres garantia a ampliação do grupo. Daí que era legítimo as escravas se tornarem concubinas e terem filhos com os seus senhores.”

Na própria literatura brasileira, a mulher negra é assemelhada a ideologia do sexismo, do desejo, da cobiça, da submissão, do corpo como objeto de prazer, conforme afirma Evaristo (2005, p. 52):

A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor. Interessante observar que determinados estereótipos de negros/as, veiculados no discurso literário brasileiro, são encontrados desde o período da literatura colonial.

Diante dos expostos, assumir a sua história, a sua ancestralidade, suas marcas e sua identidade negra, quando as suas raízes remetem a um passado torturador, de atrocidades e violências sexuais e morais contra a mulher negra, cruelmente abusada, estuprada e usada como “objeto” da miscigenação, torna-se um processo extremamente denso e conflituoso. Partindo disto, o cabelo passa a ser o principal símbolo desse conflito entre a rejeição/aceitação do ser negro(a), permeando a vida do sujeito desde a sua infância, juventude e vida adulta.

De acordo com Gomes (2008, p. 25), “[...] o cabelo não é um elemento neutro no conjunto corporal. Ele foi transformado, pela cultura, em uma marca de pertencimento étnico/racial. No caso do negro, o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo.” Diante o exposto, evidenciamos que o cabelo é considerado a marca que mais atesta o pertencimento a raça negra, sobretudo o das mulheres negras. “Na infância pobre de muitas mulheres negras, vivida com poucos recursos tecnológicos e financeiros, o trato dos cabelos e do corpo acontece primeiramente no espaço doméstico.” (GOMES, 2008, p. 173).

Partindo disto, percebemos que a construção da identidade feminina, sobretudo da mulher negra, está completamente ligada a estética, visto que o cabelo é considerado o principal símbolo de beleza, interpretado como o contorno essencial que dá forma ao rosto, modela e caracteriza a nossa identidade. “Ele diz respeito à construção dessa criança conquanto sujeito em relação à própria imagem e também é resultado de relações sociais assimétricas, baseadas na imposição de modelos de homem, de mulher, de adulto, de raça e de etnia.” (GOMES, 2008, p. 176).

Diante disso, evidenciamos que o tratamento do cabelo afro nos ciclos da infância e adolescência ocorrem primeiramente em casa, momento este, que pode torna-se bastante doloroso, tanto fisicamente, quanto emocionalmente, dependendo da maneira como se dá o tratamento. Gomes (2008, p. 176), enfatiza que “[...] é durante esse período que a relação negro/cabelo se intensifica.” As experiências negativas de mulheres negras, em relação ao

cabelo, começaram antes mesmo da utilização de produtos químicos e alisamentos com pente ou ferro quentes.

As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, pela tia, pela irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela criança negra, hoje, uma mulher adulta, como o penteado preferido da infância (GOMES, 2008, p. 184).

De acordo com o exposto, percebemos que os cuidados e tratamentos que são dados aos cabelos afros durante o período da infância, podem ou não resultar, futuramente na vontade de alteração/transformação da estrutura dos fios de cabelo, visto que os alisamentos e alongamentos promovem “[...] a sensação de ter o cabelo constantemente desembaraçado e de não precisar sofrer as pressões do pente quente ou os puxões para destrançar o cabelo [...]” (GOMES, 2008, p. 185). Entretanto, a manipulação do cabelo afro, se dá mediante um processo cheio de conflitos, devido as variadas representações sobre os negros, construídas no contexto socio-histórico de práticas racistas e discriminatórias.

Vimos que desde a infância, a aparência do cabelo já é bastante relevante no cotidiano familiar da criança negra. Depois essa relação estética com o cabelo, tanto se intensifica, quanto modifica-se, com a entrada para a escola, visto que a mesma passa a impor “[...] padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e, também, de estética.” (GOMES, 2008, p. 186). As práticas racistas e discriminatórias existentes no ambiente escolar, na maioria das vezes, são disfarçadas por meio da exigência dos cuidados com a aparência, com a higiene pessoal, como também, na ausência e silenciamento sobre as questões raciais, presentes nas práticas pedagógicas, livros didáticos, cartazes colados nos murais e relações entre professor(a) e aluno(a).

De acordo com Gomes (2008), isto pode ser evidenciado quando, mesmo com todo o cuidado das mães, em apresentar suas filhas a escola, com o cabelo bem penteado e arrumado, não conseguem impedir que apelidos pejorativos e piadas negativas sejam feitas as crianças negras. “Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem).” (GOMES, 2008, p.187). Com base no exposto, evidenciamos que desde a infância, os traços da mulher negra são socialmente subjugados de forma negativa e ofensiva, em particular o cabelo afro, interpretado por estereótipos como: Cabelo “ruim”, “feio”, “sujo”, “bucha”, “pixaim”, “bombril” e etc.

Diante disto, Gomes (2008), destaca que a criança ou adolescente negra pode passar a desqualificar os traços de sua negritude e a buscar reproduzir o modelo estético socialmente considerado como “ideal”, assim, a futura assunção como mulher negra torna-se um processo descentrado, deslocado, fragmentado, conflituoso e mutável, perpassando por constantes momentos de negação/rejeição/aceitação/ressignificação. GOMES (2008, p. 57) relata o seu próprio processo de construção identitária, entre os momentos de aceitação e rejeição de seu corpo e cabelo negro:

Experimental mudanças e intervenções no meu visual, escrevendo uma tese sobre beleza negra, não é fácil. Várias vezes me questionei se as análises aqui contidas são coerentes com o meu discurso e com o meu sentimento como mulher negra. Ao mesmo tempo em que as mudanças no meu corpo e no meu visual confirmam o discurso das cabeleiras de que é bom sentir o cabelo crespo como aquele que nos oferece múltiplas possibilidades de penteados, questionava se o alongamento, o relaxamento e a escova podem configurar como opções de quem, de alguma maneira, se espelha no padrão estético do outro, do branco. Ao mesmo tempo, questionava se essa forma de pensamento não representa cair no discurso do “aprisionamento”, que retira de nós, mulheres e homens negros, o direito de mudar, de lançar mão dos recursos da tecnologia para manter um penteado mais prático, assim como as mulheres brancas.

De acordo com Gomes (2008), a manipulação do cabelo é uma prática comum realizada por mulheres e homens negros em diferentes culturas, e isto não deve inferir na assunção da identidade negra, pois não é necessário manter um padrão estético negro, único e imutável, visto que assumir-se como mulher negra vai muito além de padrões estéticos. Ser negra compete ao sentimento de pertença, a aceitação da sua ancestralidade africana, a valorização da cultura afro-brasileira, e a luta pelos direitos de igualdade racial e de gênero. Em contrapartida, não se pode deixar de enfatizar que as manipulações/transformações de cabelo realizadas pelos sujeitos influenciados pelo racismo ambíguo e a discriminação racial, acabam por agredir não apenas o físico, mas principalmente o psicológico.

É de suma importância ressaltar o papel da família e da escola na construção da identidade negra, sobretudo da mulher negra, principalmente nos períodos da infância e juventude, podemos evidenciar isto nas palavras de Gomes (2008, p. 188):

São nesses espaços que as oportunidades de comparação, a presença de outros padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais ganham destaque no cotidiano da criança e do/a adolescente negros, muitas vezes de maneira contrária àquela aprendida na família. Em alguns casos, é o cuidado da mãe, a maneira como a criança é vista no meio familiar que lhe possibilitam a construção de auto-representação positiva sobre o negro/a e a elaboração de alternativas particulares para lidar com o cabelo crespo.

Como no exposto acima, a família é a base para a construção da identidade negra, o qual é um processo bastante complexo, devido a construção socio-histórica do ser negro(a), entretanto, pode-se tornar ainda mais conflituoso, quando a própria família, na maioria das vezes, por falta de conhecimento, acaba reproduzindo para a criança, geralmente a menina, a ideologia do branqueamento e do padrão estético de beleza “ideal”, assim, podendo torná-la uma adolescente/adulta revoltada e com baixa autoestima. “A rejeição do cabelo, muitas vezes, leva a uma sensação de inferioridade e de baixa auto-estima [...]” (GOMES, 2008, p. 189).

Dessa maneira, a rejeição ou negação do próprio corpo e cabelo negro podem acabar inferindo na construção da afetividade, na escolha do parceiro(a), pautada na aparência, na hipótese futura em ter filhos descendentes dessa relação. “O tipo de cabelo é o que orienta a escolha. Nesse caso, o cabelo simboliza a possibilidade do embranquecimento ou o seu impedimento” (GOMES, 2008, p. 124).

Diante disto, esse conflito existencial do ser negro(a) é originado do racismo, o qual constrói a ideologia de distanciamento social e cultural, como também biológica, entre negros e brancos, atribuindo concepções negativas às diferenças culturais, físicas e estéticas, tais como: arte, crenças, costumes, danças, traços corporais, cor da pele, formato de cabelo e etc. Nesse sentido, a beleza negra pode acabar sendo manipulada e alterada como forma de afastamento e negação da identidade negra.

Melo (2016) destaca que a construção da identidade negra é um processo de “tessitura”, no qual os “nós”, nos impulsionam a novas descobertas, trocas de ideias, de conhecimentos, dando suporte e sustentação a nossa “rede” de relações e interações sociais, que ajudam a tecer, entrelaçar e gerar os “eus”. Essas redes de tessitura podem ser constantemente construídas, desconstruídas e reconstruídas cotidianamente.

Nesse raciocínio, a identidade racial é algo que está permanentemente se tecendo, inclusive podendo ser negada. Não existe um modelo fixo a ser seguido. A mulher negra que sou hoje com certeza não será a mesma de amanhã. A própria compreensão do ser negra irá se modificar nas experiências vividas, coexistindo com episódios de *afirmaçãonegação*, isto é, momentos de contradição. (MELO, 2016, p. 118).

Partindo disto, verificamos que a construção da identidade negra, particularmente da mulher negra, desde a sua infância está completamente ligada a autoimagem, a aparência, a estética, na qual o cabelo é considerado o principal símbolo de beleza.

Desde os primórdios a visão preconceituosa e discriminatória sobre o padrão estético de beleza definido como “ideal” tomou grande proporção através da mídia, ao

divulgar apenas mulheres de cabelo liso, fios claros, pele branca, corpo magro e aparência jovem. “A imprensa feminina não mostra a negra, a índia, a japonesa; não mostra a pobre, nem a velha - apresenta como ideal a mulher branca, classe média para cima e jovem.” (BUIIONI, 1986, p. 78 apud SANTANA, 2014, p. 136).

Isso é resultado de um processo socio-histórico escravista e discriminatório que coloca a mulher negra como inferior, submissa, feia, suja, pobre e intelectualmente incapaz. Todavia, quando se tem conhecimento e consciência dos padrões estéticos a que estão submetidas, as mulheres negras passam a definir estratégias de resistência, para relacionar-se com o próprio cabelo. Como afirma Santana (2014, p. 143): “Assumir o crespo, a cor escura, o longo ou o curto, em determinadas idades, são ações de resistência aos padrões dominantes.”

Entretanto, ter consciência da imposição do padrão estético dominante, nem sempre significa que a mulher negra irá assumir a sua textura de cabelo, visto que “[...] alisar, reduzir o volume e prender se mostram como ações de acomodação a tais padrões, em uma estratégia consciente de obtenção de poder nas relações sociais.” (SANTANA, 2014 p. 143). Com isto, podemos acentuar que assumir-se como mulher negra é um longo processo conflituoso e contraditório, ora aceita e assume os seus traços/marcas, ora rejeita ou até mesmo os nega.

De acordo com este pensamento, a pessoa negra sofre um processo de alienação que gera um sentimento de inferioridade e baixa estima. Só quando o/a negro/a assumir a sua negritude será possível recuperar a noção de identidade. Nessa lógica, negritude não seria uma categoria apenas relativa à cor da pele, mas a todos os povos que foram nomeados negros e tiveram suas culturas dizimadas, negadas. (MELO, 2016, p. 120).

Diante do exposto, observamos que isto ocorre devido a imposição de vários fatores sociais, morais, estéticos, psicológicos, políticos, econômicos e culturais, presentes na construção da história africana e afro-brasileira, os quais associam *negritude* apenas a cor da pele, extinguindo os demais sinais, ancestralidades, marcas e expressões da beleza identitária negra.

De acordo com Gomes (2008), existem várias representações estéticas de beleza negra, sobretudo, estilos de cabelo da mulher negra, considerados mais parecidos com o padrão estético branco. Assim como a cor da pele, a textura de cabelo também é nomeada de diversas maneiras. “Parece que, da mesma maneira que a cor das pessoas tende a ser “embranquecida” de acordo com a sua situação socioeconômica, o tipo de cabelo também tende a ser nomeado como “menos crespo” ou “menos duro”.” (GOMES, 2008, p. 215).

Segundo Gomes (2008), o estilo de cabelo *afro*, considerado como o uso da textura natural do cabelo crespo, criado pelos negros norte-americanos e propagado nos demais países, inclusive no Brasil, representou de maneira simbolicamente política, a aproximação da ancestralidade africana, a retirada do negro do lugar de inferioridade e a valorização do padrão estético de beleza negra. Após algumas décadas esse discurso acabou perdendo a sua força, e o cabelo afro considerado símbolo da representatividade da beleza negra, passou a ser interpretado como estilo de vida, assim surgiram novas interpretações e expressões estéticas da beleza negra. Com isto, foram criados diferentes termos e texturas, para classificar o cabelo afro, tais como: ondulada, cacheada e crespa.

As texturas ondulada e cacheada, foram socialmente consideradas mais “aceitáveis”, por apresentarem mais proximidade da textura lisa, diferentemente da textura crespa, que permaneceu sendo assimilada a estereótipos negativos, como cabelo “feio”, “duro”, “difícil de lidar”. Dessa maneira, Gomes (2008) enfatiza que o cabelo crespo é visto como indesejado, pois além dos estereótipos negativos atribuídos, existem expressões “sutis” de racismo, as quais traduzem o cabelo crespo, como estilo de vida moderno “fashion”.

Vale salientar que todos esses fatores, acabam contribuindo para os momentos de rejeição ou negação da beleza do cabelo afro, e conseqüentemente influenciam diretamente nas transformações e manipulações estéticas da naturalidade do cabelo.

Por exemplo, uma mulher que possui cabelo crespo e realiza relaxamento ou permanente afro pode classificar o seu cabelo como “anelado”. No nosso sistema de classificação racial, possuir cabelo anelado é considerado mais distante do negro e mais próximo do branco. Dessa forma, os termos usados em relação ao cabelo servem de mediação e reforçam as polaridades construídas pelo racismo e encobertas pelo mito da democracia racial. (GOMES, 2008, p. 215).

Todavia, podemos perceber gradativamente, mudanças na imposição dos padrões estéticos de beleza, graças as diversas formas de resistência e as constantes lutas pelos direitos de igualdade racial, reconhecimento e valorização da cultura africana e afro-brasileira. Segundo Santana (2014), os suportes tecnológicos digitais, a internet e as redes sociais vêm concretizando novas formas de construção e interação social, intensificando a troca de novos conhecimentos, informações e culturas, influenciando de maneira positiva, mulheres negras a cuidarem da naturalidade de seus cabelos, por meio de aplicativos, perfis, páginas, grupos, canais e blogues, que ensinam especificamente a cuidar dos cabelos afros.

É evidente que além das redes sociais, os comerciais, as novelas, os concursos de miss, desfiles de modelos, também estão abrindo espaço e dando destaque positivo a mulheres negras, através da representatividade dos seus traços, sobretudo, do cabelo.

É de suma importância ressaltar que esses acontecimentos incentivam mulheres a assumir a sua identidade negra, a reconhecer a sua ancestralidade de forma positiva e significativa, orgulhando-se da beleza natural do seu corpo, cor de pele e textura de cabelo, exalando o sentimento de pertence, amando-se e respeitando-se, exatamente como são, mas sabendo que, também podem mudar, quando assim desejarem.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para o embasamento da pesquisa implica na abordagem qualitativa de natureza etnográfica. De início, requisitamos suporte bibliográfico e documental para entendimento da temática em questão. Em seguida, fomos a campo para realização da coleta de dados, mediante entrevistas semiestruturadas e direcionadas por perguntas referentes a temática.

As participantes do estudo foram três mulheres escolhidas aleatoriamente que possuem o cabelo afro, residentes na cidade de Remígio, estado da Paraíba. Duas delas passaram pelo processo de transição capilar e atualmente a outra está passando pelo o mesmo processo. Nos relatos das participantes serão compartilhadas lembranças da infância, adolescência, e também da vida adulta, as quais deixaram marcas que influenciam diretamente na construção e assunção de sua identidade negra.

No desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados alguns critérios de inclusão, tais como: 1- Ser mulher negra; 2- Ter passado por situações de preconceito ou discriminação racial, durante os períodos da infância, adolescência ou vida adulta, no âmbito familiar ou escolar; 3- Querer participar da pesquisa; 4- Autorizar e assinar o termo de consentimento.

Entramos em contato com as participantes, explicando todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, enfatizando que seriam utilizados pseudônimos, para a preservação de suas identidades. Todas foram atenciosas, demonstrando bastante interesse pela temática, como também, aceitaram ser entrevistadas e autorizaram a gravação e utilização de suas respostas no presente trabalho. De início as participantes se mostraram um pouco apreensivas, mas no decorrer das entrevistas sentiram-se à vontade.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas se encontra no apêndice deste trabalho, e baseou-se na minha experiência, enquanto mulher negra, no contato anterior com mulheres que haviam passado por experiências semelhantes, e também nos estudos realizados sobre a temática. As entrevistas gravadas, foram transcritas, de maneira minuciosa, detalhando expressões e sons, depois as enviamos para as mulheres negras, dando-lhes a oportunidade de alteração de suas respostas. Entretanto, nenhuma delas pediu o reajuste dos depoimentos.

Para a realização da análise das entrevistas, tivemos suporte teórico de Bauer (2013), com a análise de conteúdo, pautada na transcrição das respostas, seguidamente de sua leitura vertical e horizontal, mediada pela observação minuciosa das semelhanças e diferenças encontradas na comparação de todas as transcrições. Enquanto parte integrante

do processo de análise foi constatada duas categorias que serão discutidas a seguir: Racismo e Identidade Negra. Ficou evidente na fala das participantes que sofreram com o racismo e em alguns momentos elas mesmas reforçam aspectos racistas nas falas, quando apresentam algo ligado ao negro como negativo. E a identidade negra foi revelada por conta dos aspectos relacionados ao cabelo ou a cor da pele que se mostraram indefinidos, confusos, contraditórios, demonstrando a dificuldade de se assumir a identidade negra.

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste item iremos discutir sobre os resultados alcançados a partir da análise das narrativas das participantes da pesquisa (mulheres negras), de maneira que possamos compreender a existência do racismo e o processo de construção/assunção da identidade negra, sua estreita relação estética com o cabelo afro, desenvolvida nos períodos da infância e adolescência no âmbito familiar e escolar. Com o intuito de preservar o anonimato das participantes entrevistadas, os nomes descritos são pseudônimos.

5.1 Racismo

Na categoria intitulada *racismo*, todas as entrevistadas confirmam a existência do racismo, por terem passado por situações de preconceito e discriminação racial com relação a textura de cabelo, durante a infância, adolescência e vida adulta, principalmente, nos âmbitos familiares e escolares. Vale ressaltar que apenas a participante Bruna afirma ter sofrido discriminação racial com relação a sua cor de pele.

Sim, me recorro de várias, mas foram quatro situações que me marcaram mesmo, que me fizeram chorar, ter muita raiva. A primeira vez foi em um passeio de escola, quando eu estava na fila, os meninos, porque eram mais eles, as amigas mais próximas não faziam tanto bullying, mas os meninos ficavam puxando o meu cabelo e falando os apelidos. A segunda vez, também foi sobre algo da escola, era para irmos a uma piscina, mas eu não queria ir, porque tinha que deixar o cabelo solto, iria ficar molhado, e depois de seco ficaria feio. A terceira vez aconteceu recentemente, já na fase adulta, depois do processo de transição capilar, quando estávamos em um momento “entre família”, uma senhora (a sogra de uma das minhas tias), me questionou porque tinha deixado o meu cabelo “assim”, e respondi: - *Meu cabelo sempre foi assim, antes eu apenas o alisava, mas agora o deixei natural*. Ela respondeu: - *Ele era mais bonito liso, assim dá muito trabalho, porque é um cabelo ruim*. Houve também, outro acontecimento com essa mesma senhora, pois sempre que ela me vê, faz o mesmo questionamento. Novamente, estávamos reunidos entre familiares na casa da minha tia, e de repente essa senhora olhou para mim e para a minha mãe (que usa o cabelo alisado), e disse: - *É branco querendo ficar preto e preto querendo ficar branco*. Obviamente, julgando as nossas tonalidades de pele e texturas de cabelo. Isso foi tão absurdo, que foi a primeira vez que não a respondi, porque fiquei sem reação (Bruna, 2019).

Eu lembro que quando a minha vó ia pentear o meu cabelo, por ele ser volumoso, tinha um pouco de dificuldade, então ela sempre falava assim: - *Vamos pentear esse cabelo de bucha!* Porque sempre tinha que ficar molhando para pentear, por isso, ela sempre chamava assim: - *Cabelo de bucha* (Mariana, 2019).

Algumas pessoas da minha família perguntavam se eu ia escovar, ou se já tinha lavado e penteado o meu cabelo. Além de dizerem que seria melhor se eu o prendesse, pois ficaria mais bonito. Essas situações aconteceram mais em casa,

com familiares, pai, mãe, irmão. Eles brincavam ou aconselhavam de forma até inocente (Laura, 2019).

Diante das narrativas acima, evidenciamos que cenas racistas e discriminatórias estão frequentemente presentes nos âmbitos familiares e escolares. No relato da entrevistada Bruna, percebemos que as ações discriminatórias agridem o físico (puxões de cabelo), o moral (apelidos pejorativos e comentários ofensivos), e conseqüentemente o emocional (choro, raiva). No relato feito por Mariana é perceptível que o cabelo afro é relacionado a estereótipos negativos (apelidos e brincadeiras pejorativas).

Como destaca Melo (2016), essa representação estética sobre a cor de pele e textura de cabelo, expressa por estereótipos negativos, influencia diretamente na tessitura da identidade negra. “Parece que alisando o cabelo estas mulheres deixariam de ser negras para suas famílias.” (MELO, 2016, p. 176).

Dessa maneira, Melo (2016), enfatiza que tanto no ambiente familiar, quanto escolar, prevalece a falta de conhecimento sobre a história e cultura, visto que na escola o negro(a) aparece relacionado(a) apenas ao processo de escravidão. “Após um século de história, as escolas e o seio familiar ainda reproduzem essa ideia, com indícios de preconceito e discriminação, até mesmo nos espaços multirraciais.” (MELO, 2016, p. 178).

Mesmo que essas ações de discriminação tenham sido realizadas na família ou na escola de maneira intencionalmente ou não, como enfatiza Laura ao dizer que “*eles brincavam ou aconselhavam de forma inocente*”, acabavam contribuindo de maneira extremamente negativa na relação com o cabelo afro, tanto nos períodos da infância e adolescência, quanto na vida adulta. Segundo Gomes (2008, p. 216): “Tudo isso interfere no processo de intervenção e ressignificação do corpo e do cabelo do negro e da negra e está relacionado com a construção da estética e da identidade.”

De acordo com (GOMES, 2008, 125), “o racismo faz parte de uma racionalização ideológica que constrói e advoga a existência não só de uma distância social e cultural entre negros e brancos, mas também biológica.” (GOMES, 2008, 125). Desse modo, as brincadeiras, piadas e expressões pejorativas usadas sobre o cabelo afro, no cotidiano familiar e escolar, reforçam o racismo e geram um sentimento de negação da identidade negra, como veremos mais adiante.

Segundo Melo (2016, p. 178), “[...] não se valoriza a cultura negra, tratando-a de forma pejorativa e com preconceito.” Desse modo, a Lei 12.288/2010 do Estatuto da Igualdade Racial, no Artigo 1º, vem “garantir à população negra, a efetivação da igualdade

de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação racial e às demais formas de intolerância étnica.” (BRASIL, 2010, p. 1).

Dessa maneira, é importante ressaltar que ações de preconceito e discriminação racial são consideradas crimes pela legislação brasileira, conforme a criação da Lei N° 7.716/1989, descreve no Artigo 1° que “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” (BRASIL, 1989, p. 1).

5.2 Identidade Negra

Ao serem questionadas sobre a sua *cor de pele*, nenhuma das participantes afirmou ser ou considerar-se negra, apesar de relatarem ter consciência que são de descendência negra ou que possuem traços identitários negros.

Assim, eu me considero branca (rsrs), só porque as pessoas dizem que sou branca. A gente tem sempre aquele dilema por ter o cabelo cacheado. Eu vejo muitos vídeos sobre isso, andei até pesquisando recentemente, mas eu me considero branca, até porque, pelo os vídeos que vi, que me baseio, são sobre pessoas que entram nessa discussão, relatando que o fato de você ter o cabelo cacheado, não significa que você seja pardo ou negro, apesar da minha mãe ser negra, mas o meu pai é branco. (Bruna, 2019).

Parda. Bom, desde criança eu me identifico com essa cor. Não sei o porquê, mas desde criança eu me identifico. Acho que o meu tom de pele é mais puxado para o branco mesmo. (Mariana, 2019).

A minha cor, eu sou amarela, eu sou parda. Porque eu sou parda, sou de descendência indígena e também negra. Como eu sou branca, parda, e os olhos claros, então não desperta preconceito. (Laura, 2019).

Nessa categoria percebemos que o racismo é disfarçado pelo discurso da democracia racial e da miscigenação do povo brasileiro, visto que todas as entrevistadas omitiram a sua cor, fazendo uso de diferentes termos identitários. É importante ressaltar que as participantes associam o ser negro (a) apenas a cor de pele, além de descreverem a sua identidade por meio do subjuízo de pessoas ao seu entorno. Podemos verificar isto nos seguintes depoimentos:

Não, eu não me identifico como mulher negra, pela a minha tonalidade de pele mesmo. Eu não me vejo como negra, mesmo sabendo que tenho algumas características de pessoa negra, acho que pelo o fato da minha mãe ser negra, ter o cabelo crespo. Você ver que na fisionomia de uma pessoa negra, o nariz é mais avantajado, eu acho o meu nariz, apesar de algumas pessoas dizerem que não. Eu acho só o meu nariz mesmo, mas não acho que sou uma pessoa de pele negra. Eu sinceramente tenho dúvidas sobre isso, eu digo branca, pela convivência com as

outras pessoas mesmo, porque eu nunca vi ninguém me chamando de negra ou de morena, que as pessoas acham mais “legal” chamar de morena, mas eu me vejo como branca, por causa disso mesmo e da tonalidade da minha pele. Me identifico como mulher branca, apesar de ter aquele questionamento em ser parda, mas eu não vou mentir, pois eu não tenho entendimento sobre uma pessoa parda, porque tem muita polêmica em cima disso, então não vou assumir algo, que eu não tenho entendimento (Bruna, 2019).

Não, porque eu não sou negra. Eu me identifico como parda. Bom, porque a pessoa negra, ela tem a pele negra e a parda, tem a pele parda. Muitas vezes me chamam por morena, mas eu não aceito, eu não me identifico como negra. Não tenho problema nenhum em ser chamada de morena, mas eu mesma não me identifico como morena, eu não me acho morena, me identifico como parda. Eu fico pensando porque as pessoas me chamam assim, já que eu me identifico como parda e não tenho a pele negra. Para ser morena eu teria que ter a pele negra mesmo. As vezes por eu me identificar como parda, eu acho que talvez seria bom ser morena, por conta do cabelo. Bom para mim mesma, porque eu acho que o cabelo afro combinaria mais com uma pessoa morena, já que eu me identifico como parda. (Mariana, 2019).

Não. Eu não sou uma mulher negra. Eu sou uma mulher parda, mestiça. Eu não me considero negra, porque eu não sofro preconceito por causa da minha cor. Eu tenho alguns traços de descendência indígena e africana, mas também tenho outras características, a cor da pele é branca, amarelada, tenho alguns traços negros, mas eu não sofro tanto preconceito por isso, então não me considero negra, e sim mestiça. (Laura, 2019).

Vale enfatizar um trecho do depoimento da participante Laura: “*Eu não me considero negra, porque eu não sofro preconceito por causa da minha cor.*” Diante isto, percebemos o discurso da naturalização do preconceito racial, visto que tornou-se “natural” associar a cor de pele negra à elementos negativos, ao racismo ambíguo e a ações discriminatórias. Propagando o pensamento de que para identificar-se como negro (a) é necessário sofrer preconceito ou discriminação racial. Notamos também, o momento conflituoso e contraditório das participantes ao definirem a sua cor de pele, principalmente da entrevistada Bruna, ao relatar que não possui entendimento sobre o ser parda, como também Laura, ao considerar-se parda, mas depois alegar ter a pele branca e amarelada.

Estes são fatos recorrentes, por vezes, nos questionamos sobre: O que é ser parda? O que é ser negra? Conforme o artigo 1º, inciso IV, da Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, considera “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.” (BRASIL, 2010, p. 8). Com isto, verificamos que, geralmente os sujeitos se autodeclararam ou se identificam pautados apenas na cor de pele, para essas pessoas só são negras aquelas pessoas que tem o tom de pele escura.

O que significa essa dificuldade de se autodeclarar negra? Por que alguém que tem a mãe negra se considera branca ou parda? Como vimos anteriormente, o processo de construção da identidade sofre influência do meio onde se vive, das pessoas que se relacionam com esses sujeitos e se nesse entorno a questão negra é invisibilizada, as consequências irão revelar essa negação.

Quando abordamos sobre o *tratamento do cabelo afro*, as participantes revelaram a ausência de conhecimento e cuidados específicos com as texturas de cabelo, no ambiente familiar e escolar.

Eu só lembro de uma pessoa, ela não era de fato professora, somente prestava serviços a escola, lembro que ela gostava muito do meu cabelo, até colocou um apelido nele, o comparou a macarrão parafuso. Toda vez que eu chegava na escola, ela sempre acariciava o meu cabelo. Não lembro de nenhuma das professoras elogiando o meu cabelo, mas atualmente, encontrei uma professora que disse lembrar do meu cabelo nessa época, mas não me recordo dela elogiando ou cuidando dele na escola. (Bruna, 2019).

Sim, era muito difícil, precisava muita paciência e força, para conseguir pentear. Eu chorava muito. Isso influenciou bastante, porque eu tinha a dificuldade de pentear, era bastante doloroso. (Mariana, 2019).

Meu cabelo era liso, tinha franjinha, normal, então era fácil de lidar. Mas eu fui crescendo e a partir da adolescência a estrutura do meu cabelo mudou, então eu passei a não saber lidar com essa nova estrutura, não sabia o que era cacho, como cuidar, sabia somente que era volumoso e que para isso tinha que está liso, então eu não conhecia nada sobre, ninguém da minha família e ninguém a minha volta sabia como me orientar e ajudar a cuidar do meu cabelo cacheado, então a forma mais “fácil” de manter e cuidar, acabou sendo alisar. Se não era liso, teria que ser para saber cuidar. Foi mais por falta de conhecimento, de produtos, de pessoas cacheadas que me influenciassem e ensinassem a cuidar do meu cabelo. (Laura, 2019).

Partindo dos depoimentos acima, torna-se perceptível a extrema influência que o tratamento do cabelo nos ciclos da infância e adolescência exerce sobre a construção da identidade negra. As participantes relatam a dificuldade em cuidar dos seus cabelos, destacando a falta de conhecimento sobre as diferentes texturas, os produtos específicos e as técnicas de tratamento, tanto na família, quanto na escola. Na fala da depoente Laura, ao declarar que a maneira mais “fácil” de lidar com o seu cabelo foi alisá-lo, podemos notar a intensa propagação do cabelo liso, como padrão “ideal” de beleza, socialmente imposto.

De acordo com Gomes (2008, p. 223): “Essa “lida” também se expressa quando a busca de uma transformação se apresenta vinculada ao sofrimento quase insuportável de ter um cabelo que não possui a mesma textura nem o mesmo aspecto que o cabelo liso.” Com isto, evidenciamos nos relatos a seguir, que essas discrepâncias com relação ao trato do cabelo e ao ideal estético de beleza, contribuem diretamente para as

manipulações/transformações, e principalmente para os momentos de rejeição/negação do cabelo afro:

O que me levou a alisar o cabelo foi o fato de não gostar dele, de jeito nenhum, não encontrava um jeito de cuidar dele cacheado, nem quando eu fiz o primeiro procedimento químico, o relaxamento, ainda assim, eu não gostei, apesar de ter baixado bastante o volume, porque ele era bastante volumoso, então eu odiava quando o meu cabelo secava e ficava bem cheio, por isso acabava passando bastante gel para deixar “molhadinho”, “caidinho”. O fato dele ser muito cacheado, quando soltava, ficava bem armado. Às vezes eu chorava de raiva ao penteá-lo sozinha, e também quando na escola, recebia piadinhas e apelidos pejorativos. Então, foi uma série de fatores que me fizeram crescer e passar a odiar o meu cabelo. Mas acho que o que mais me levou a odiar o meu cabelo, foi a convivência com pessoas que não gostavam dele cacheado, como primas, tias. Essa convivência com pessoas de cabelo liso influenciou bastante, porque a maioria das minhas amigas tinha o cabelo liso, grande. Eu olhava e dizia: - *Eu quero ter esse cabelo!* E o meu cabelo era totalmente o contrário do cabelo delas, mesmo das que tinham o cabelo cacheado, mas era aquele cacheado menos volumoso, mais “caidinho”. Às vezes, eu também queria ter o cabelo cacheado daquele jeito, mas ao mesmo tempo, eu dizia que não iria adiantar e que queria ter o cabelo liso, igual ao das meninas que estudavam comigo. (Bruna, 2019).

Eu não me identificava de forma alguma com o meu cabelo, não gostava, me achava feia. Porque como o meu cabelo era cacheado e ficava muito volumoso. E também porque eu sempre via outras meninas com o cabelo liso e sempre achei bonito. Já o meu era volumoso, chamava mais atenção, não por ser bonito, mas por aparentar o afro mesmo. Não achava bonito, até porque eu não tinha os cuidados necessários, porque eu buscava o ideal do cabelo liso mesmo. Antes achava bonito o cabelo liso, por conta da ideologia, que tinha que ter o cabelo liso. Isso vinha da TV, das pessoas que quando eu saía, eu via as pessoas com o cabelo liso, e sempre achava bonito. Já o meu cabelo era cacheado e sempre ficava volumoso, não ficava tão bonito quanto aquele liso das pessoas. (Mariana, 2019).

Não. Eu não gostava dele cacheado. Meu cabelo não tinha forma, era feio, só vivia com ele preso. Gostava quando alisava, me sentia bem e bonita, porque eu podia usar ele solto, era uma coisa normal, um cabelo dentro do padrão, dentro de tudo. (Laura, 2019).

Com base nos relatos, observamos que se torna comum crianças de cabelo afro ao crescerem, buscarem alternativas para fugir dos comentários, piadas e apelidos pejorativos, na tentativa de driblar o constrangimento, as dores físicas e emocionais diariamente enfrentadas. “O básico era: “cabelo de bucha”, “cabelo de bombril”, “pixaim”, “cabelo ruim”. Me sentia muito triste, era isso que me fazia odiar o meu cabelo. Me chateava mesmo, me deixava triste, mas me deixava mais com raiva e isso me motivava a não gostar do meu cabelo.” (Bruna, 2019). Diante disto, a alternativa mais recorrente é o alisamento ou relaxamento capilar, visto que é a prática mais utilizada para adequação ao “ideal” estético de beleza. Todas as entrevistadas afirmam terem se submetido a utilização de técnicas e produtos térmicos e químicos para a modificação da textura natural dos seus

cabelos. “- Já fiz um que é conhecido como relaxamento, na verdade, é um creme de alisamento, só que não tão forte, por não conter tanto formol. Também já fiz a selagem”. (Bruna, 2019). “- Alisamento, usei muita química. Tinha selagem, esses procedimentos químicos”. (Mariana, 2019). “- Sim. Já fiz relaxamento, um bem fraquinho, aos meus 13 anos. Comecei escovando e chapeando sempre que lavava o cabelo, eu não ficava com ele natural e também não me recordava mais do formato cacheado”. (Laura, 2019).

De acordo com Gomes (2008, p. 225), “[...] o uso de determinado estilo de cabelo pode estar relacionado às difíceis experiências da infância, à “lida” de ter que pentear e muitas vezes, de ser obrigada a alisar o cabelo crespo.” Vale ressaltar que ao serem indagadas sobre a naturalidade dos seus cabelos, Bruna e Laura afirmaram reconhecer os seus cabelos como afros. Entretanto, Mariana respondeu da seguinte maneira:

Não, eu acho que ele é cacheado, afro não. Afro é o cabelo volumoso, difícil de se pentear. Para mim, o cabelo afro mesmo é o crespo, nem tanto o cacheado, mas sim, o crespo. Porque é difícil de pentear, de entrar água para molhar o cabelo. (Mariana, 2019).

Dessa maneira, percebemos que a Mariana ao declarar que não considera o seu cabelo afro, evidencia a existência da visão estética do padrão de beleza negra, como vimos anteriormente, existe o cabelo ondulado, o cacheado e o crespo, na qual a textura do cabelo crespo acaba sendo colocada como menos desejada. Isto ocorre por ser mais volumosa e seca, e requerer cuidados específicos no tratamento diário, principalmente, ao desembaraçar e pentear. Diante disto, Gomes (2008, p. 216), enfatiza que “existe no imaginário social o pensamento de que, quanto mais crespo for o cabelo, mais próximo o sujeito que o possui estará de um grupo étnico/racial ainda considerado como inferior tanto no sentido biológico quanto cultural.”

É de suma importância ressaltar que todas as participantes fazem parte do grupo de mulheres que decidiram assumir a naturalidade dos seus cabelos. Duas das participantes (Bruna e Laura) passaram pelo processo de *transição capilar*, enquanto a outra participante (Mariana), atualmente está passando pelo o mesmo processo. Vejamos nos relatos abaixo:

Então, um dia eu lavei o cabelo e senti a raiz ondulada, nesse momento, o que me chamou a atenção foi o fato de eu não lembrar mais do meu cabelo cacheado, como era sentir a textura, o volume. Apesar de olhar nas fotos, eu não tinha noção nenhuma de como era o meu cabelo, isso me chamou muita atenção. Acho que isso foi o principal motivo, e depois eu comecei a pesquisar sobre, e observei que tinha um grande movimento de meninas assumindo a naturalidade do cabelo. À medida que eu pesquisava, ia tendo mais incentivo, força e alegria, ao obter mais conhecimentos, informações, produtos, conversas com outras pessoas, que também estavam passando pelo o mesmo processo. Tudo isso me ajudou

bastante, então, apesar das dificuldades, não foi um processo ruim, e sim, muito bom. (Bruna, 2019).

Começou pelo o fato do meu cabelo está muito fraco, muito ressecado, então fui deixando-o natural e as pessoas a minha volta, familiares e amigos, começaram a elogiar quando eu o usava natural e também através da internet, eu fui pesquisando e conhecendo mais sobre produtos, métodos de manter os cachos e aos poucos eu fui aderindo. Comecei a gostar quando eu passei a entender e ver outras pessoas cacheadas falando sobre a importância de você se aceitar como é, que ninguém deve seguir um padrão, pois cada um tem suas características e devemos entender e respeitar as diferenças. (Laura, 2019).

De acordo com as narrativas das entrevistadas, torna-se evidente a influência dos recursos midiáticos como fatores preponderantes para a aceitação e assunção da naturalidade do cabelo afro, visto que promovem a comunicação de novas informações, produtos específicos, métodos de tratamento, relatos de pessoas que passaram ou estão passando pelo o mesmo processo de transição capilar.

Vale salientar, que o processo de transição capilar requer bastante incentivo e preparação emocional, para enfrentar as mudanças, julgamentos e críticas sobre a naturalidade do cabelo. Nos relatos seguintes das participantes, podemos observar as dificuldades vivenciadas e enfrentadas diariamente durante o processo de transição capilar:

Mas no começo, você sente dificuldades, porque eu assumi aquilo para mim e disse: - *Eu vou realmente parar! Até mesmo de fazer escova e chapinha, tudo isso!* E parei mesmo, mas o fato de você ter que manter o seu cabelo sempre preso, porque a raiz está de um jeito, com uma textura ondulada e o comprimento está de outro, com a textura lisa. Acabou que eu sempre usava o penteado “rabo de cavalo” ou “coque”, e também fui cortando-o aos poucos. (Bruna, 2019).

Ainda estou no processo de aceitação, aí como o meu cabelo tinha química, ele ainda está no processo de transição capilar, e por isso o meu cabelo ainda está curto, fazendo com que ele torne mais volumoso. (Mariana, 2019).

Evidenciamos as dificuldades do processo de transição capilar das participantes e como vimos anteriormente, elas não se sentem mulheres negras, elas não valorizam a negritude, o ser negra é uma opção política (BRASIL, 2004), autodeclarar-se negra é se comprometer com a causa, a questão negra, as lutas, os direitos negados, a resistência, a história e cultura negra. No entanto, o desconhecimento desta história e cultura, dificulta o processo de construção da identidade negra

Desde o período de invasão do Brasil realizada pelos portugueses, o negro vem sendo colocado em posição extremamente inferior em relação ao branco, como vimos anteriormente. Isto vem ocorrendo em vários sistemas, espaços e instituições, inclusive no âmbito educacional, por meio da utilização de materiais didáticos e práticas pedagógicas,

com ênfase no eurocentrismo. O livro didático acaba omitindo a história de resistência e luta do negro pela libertação, ao descrever que a “colonização portuguesa” deu-se de maneira “pacífica e amigável”, negando a figura primordial deste processo, o negro, o qual lutou bravamente e resistiu ao extermínio de sua raça e cultura.

[...] o livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independe da vontade e da decisão dos professores. Sustentam essa tradição o olhar saudosista dos pais, a organização escolar como um todo, o *marketing* das editoras e o próprio imaginário que orienta as decisões pedagógicas do educador. Não é à toa que a imagem estilizada do professor apresenta-o com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos indispensáveis, indicotomizáveis. (SILVA, 1996, p. 11).

Assim, podemos observar que o livro didático, com ênfase no de História, tornou-se o instrumento mais utilizado perante uma sociedade repressiva e autoritária, pois ao relatarem a história do negro, sempre o colocaram em lugar de submissão, de coitadinho, de inferioridade, negando a resistência, a alegria, a força, a cultura do negro, diante de todo o processo de invasão e acultramento.

Com poucas exceções, os negros aparecem nestes materiais, apenas, para ilustrar o período escravista do Brasil Colônia, ou então, para ilustrar quadro de pobreza, baixa escolarização, falta de higiene entre tantos outros exemplos que primam por construir uma imagem negativa do negro nos diversos segmentos sociais. (CAVALLEIRO, 2003, p. 6).

Partindo disto, o sujeito que é educado em uma sociedade que promove a ideologia do racismo e do mito da democracia racial, por meio da omissão do conhecimento sobre a história do povo negro, da cultura do silêncio sobre ações escravistas e discriminatórias, torna-se bastante complexo e conflituoso o processo de compreensão e a aceitação do ser negro, principalmente quando isto o remete sempre a algo negativo.

Ocorre também no ambiente escolar um enaltecimento da beleza física e das virtudes morais segundo padrões de uma suposta superioridade branca. Comentários depreciativos sobre a cultura, a estética e o comportamento de indivíduos pertencentes ao grupo étnico negro. Essa prática cotidiana valida um estado de subordinação social do negro, levando as crianças e jovens – negras e brancas – a compreenderem tal situação como natural. (CAVALLEIRO, 2003, p. 16).

Em contrapartida, o sujeito que cresce tendo o conhecimento sobre sua origem, ancestralidade, história e cultura negra, aprenderá a valorizar, gostar, aceitar e reconhecer sua negritude, seus traços e marcas identitárias, a cor da pele, o formato do corpo e textura do cabelo.

Diante de todos esses acontecimentos, ressaltamos a extrema importância de ações cotidianas e práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento da história de luta e resistência negra, a valorização da cultura africana e afro-brasileira, os direitos de igualdade racial e a beleza dos traços identitários negros, sobretudo, do cabelo afro, contribuindo assim, de maneira significativa para a construção e assunção da identidade negra.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolvimento deste trabalho contribuiu de maneira significativa para a construção de novos conhecimentos sobre a temática em questão. Como também para o aprimoramento e enriquecimento da minha carreira acadêmica e profissional, enquanto futura pedagoga/educadora/pesquisadora.

Os estudos sobre a temática supracitada, me proporcionaram enxergar a extrema importância do povo negro no processo de construção socio-histórica do Brasil. Como também, a sua luta e resistência até os dias atuais, em meio a uma sociedade repleta de desigualdades e imposições de padrões culturais, políticos, econômicos e estéticos, propagados pelos ideais do racismo, preconceito e discriminação racial.

Notamos também, a vasta deficiência do ensino-aprendizagem sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, visto que, o próprio livro didático omite a história de luta e resistência do povo negro sobre as inúmeras formas de escravidão e acultramento, como também o inferioriza e o marginaliza, perante a sociedade. Além disto, tornou-se perceptível a naturalização do silenciamento, tanto no âmbito familiar, quanto escolar, sobre as ações discriminatórias de visão racista e preconceituosa. Essas atitudes geralmente eram praticadas sobre a criança ou adolescente negra, direcionadas a sua cor de pele e textura de cabelo, por meio dos apelidos pejorativos e comentários negativos, como também, pela a falta de atenção e cuidados no tratamento do cabelo afro. Sendo assim, esses são fatores preponderantes para os momentos de rejeição/negação da identidade negra, sobretudo da mulher negra.

Nessa perspectiva, frisamos a importância da consolidação de diálogos entre a família e a escola, para o desenvolvimento de ações cotidianas e práticas educativas que promovam na criança, adolescente, adulto(a), o respeito as diferenças étnico-raciais, a valorização da cultura africana e afro-brasileira, a representatividade dos traços identitários negros, sobretudo do cabelo afro. Dessa maneira, essas são ações essenciais para o desenvolvimento do sentimento de pertença a cultura afro-brasileira, o reconhecimento de sua ancestralidade africana, a aceitação de sua identidade negra e a assunção da beleza negra, em particular da mulher negra, simbolicamente, representada pelo o corpo, cor de pele e textura natural de cabelo. Concluímos que, além de auxiliarem na construção da identidade negra, contribuem para a redução das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, e principalmente, do preconceito e da discriminação racial, visto que, a

igualdade étnico-racial é um direito social, o qual deve ser desenvolvido em todos os ambientes públicos e privados, durante os períodos da infância, adolescência e vida adulta.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. George Gaskell. org.; Pedrinho A. Guareschi. trad. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 189-215.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. SEPPIR, Brasília: DF, 2004. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171 Acesso em: 29 de julho de 2019.

_____. **LEI N° 7.716 de 5 de janeiro de 1989 – Planalto**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm Acesso em: 14 de agosto de 2019.

_____. **LEI N° 10.639 de 9 de janeiro de 2003 – Planalto**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 14 de agosto de 2019.

_____. **LEI N° 12.288 de 20 de julho de 2010 – Planalto**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: 29 de julho de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdicuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf Acesso em: 14 de agosto de 2019.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **O combate ao racismo e ao sexismo como eixos norteadores das políticas de educação**. 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/212430038/042-Congresso-Eliane-Cavalleiro> Acesso em: 29 de julho de 2019.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. O negro brasileiro e a saúde: ontem, hoje e amanhã. **Revista Escola de Enfermagem**, USP, v. 27, n. 3, p. 317-327, dez. 1993.

D’ ADESKY, Jacques. **Anti-racismo, liberdade e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Dautt, 2006. *E-book*.

- EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira**. [S.I.: s.n.], 2005. p. 52-57. Ensaio.
- FERREIRA, Frankllin Ricardo; CAMARGO, Carlos Amilton. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. trad.11. ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2006.
- HARRIS, J. E. A diáspora africana no antigo e no novo mundo. In: **História geral da África V: África no século XVI ao XVIII**. Bethwell Allan Ogot. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 135-163.
- JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Mário Theodoro. org. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.
- MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a Lógica Racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.
- MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: **História geral da África V: África no século XVI ao XVIII**. Bethwell Allan Ogot. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-26
- MELO, Margareth Maria de. **Gerando eus, tecendo redes e trançando nós: relações étnico-raciais na formação de professores**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.
- PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992. *E-book*.
- SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: **Superando o Racismo na Escola**. Kabengele Munanga. org. Brasília: Ministério da Educação; SECAD, 2005. p. 39-67.
- SANTANA, Bianca. Mulher, cabelo e mídia. **Revista Comunicare: Dossiê feminismo**. v. 14, n. 1, p. 131-144, jan./jun. 2014.
- SANTOS, Marlene Gôngora dos. **Contribuições do negro na formação do povo brasileiro**. 2015. 74 f. Dissertação (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar/abr. 2018.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. **Em aberto**, Brasília, ano. 16, n. 69, p. 11-15, jan./mar. 1996.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial do Brasil. In: JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Mário Theodoro. org. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-43.